

**Renata Costa Silvério**

**POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITÁRIA E O PROJETO 12:30:  
A VISÃO DOS GESTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrigo

**Florianópolis  
2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silvério, Renata Costa  
POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITÁRIA E O PROJETO  
12:30 : A VISÃO DOS GESTORES / Renata Costa  
Silvério ; orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo  
, 2017.  
103 p.

Dissertação (mestrado profissional) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio  
Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universitária, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Política  
Cultural Universitária. 3. Projeto 12:30. 4.  
Política Institucional de Cultura. 5. Política  
Pública de Cultura. I. , Carla Cristina Dutra  
Búrigo. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universitária. III. Título.

**Renata Costa Silvério**

**POLÍTICA CULTURAL UNIVERSITÁRIA E O PROJETO 12:30:  
A VISÃO DOS GESTORES.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em  
Administração Universitária.

Florianópolis, 21 de julho de 2017.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra de Linhares Jacobsen  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração  
Universitária

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Cristina Dutra Búrgio – Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Raphael Schlickmann – Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Mauricio Rissi – Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Alves Borges – Membro  
Universidade Federal de Santa Catarina



## AGRADECIMENTOS

No processo de formulação, elaboração e conclusão de minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) muitos foram os desafios encontrados pelo caminho, mas também muita alegria, amor e sabedoria estiveram envolvidos neste processo.

Várias pessoas colaboraram, direta ou indiretamente, para que eu conseguisse concluir com êxito esta jornada. Por isso, gostaria de fazer um agradecimento especial a todas elas.

Primeiramente, agradeço à minha família por todo apoio dado ao longo da vida, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Aos amigos que também se fizeram presentes nessa jornada, alguns de longa data, alguns mais recentes, que eu encontrei no meio do caminho que venho percorrendo.

Ao colega de UFSC, Christian, também servidor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), que me incentivou a fazer o processo seletivo do PPGAU em meio a nossas conversas durante o almoço no Restaurante Universitário (RU), no ano de 2014.

Ao colega Josnei, que me ajudou na construção do projeto de pesquisa para participar deste mesmo processo seletivo, já que era mestre em Sociologia Política e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, e tinha então, mais experiência e conhecimento para me auxiliar no início da minha jornada no PPGAU.

Ao Professor Aloysio Marthins de Araújo Junior, ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), que como meu chefe, sempre apoiou minhas decisões em relação ao mestrado, mesmo que isso implicasse na minha ausência em meu posto de trabalho na UFSC por um período.

À colega de trabalho no PPGGEO, Helena, por também ter me apoiado neste caminho percorrido, da mesma forma que o Professor Aloysio.

Aos colegas da turma de mestrado PPGAU 2015, pelos momentos de aprendizagem, integração e descontração que tivemos durante o Curso.

Aos mestres do PPGAU, pelos ensinamentos e apoio necessário, sempre se mostrando atenciosos, solícitos e dispostos a ajudar os alunos.

Aos servidores que gentilmente concederam entrevista a mim, como parte deste trabalho e aos demais que tornaram possível a completa realização deste.

Aos servidores Clóvis Werner e Marco Valente, que, sempre abertos e dispostos a colaborar na construção deste trabalho, trouxeram consigo informações valiosas de suas experiências dentro da política de cultura da UFSC.

Às bancas examinadoras de qualificação do projeto e de defesa da dissertação, pela disposição e contribuições valiosas na construção deste trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por todo o apoio e estrutura fornecidos, não só durante minha jornada no PPGAU, mas durante toda a minha história com ela, desde a graduação até os dias atuais como servidora desta Instituição, da qual me orgulho em fazer parte.

À minha orientadora, Professora Carla Búrigo, por ter me acolhido no meio do caminho, a pedido meu, e ter abraçado a mim e ao meu projeto, ainda uma ideia muito inicial do que eu realmente iria fazer neste programa. Sem sua ajuda, apoio e carinho maternal eu jamais teria conseguido.

Aos colegas orientandos do grupo da Professora Carla, por também me acolherem, me ajudado com sugestões, críticas e elogios durante esta caminhada.

Por último, gostaria de agradecer a uma pessoa muito especial em minha vida, que apareceu para mim no meio deste caminho, meu companheiro para todas as horas, Jair, pelo amor, dedicação, carinho, conversas, conselhos, apoio e compreensão. Este não é um processo fácil, muitas vezes temos que nos afastar daqueles que amamos para conseguir concluir uma dissertação de mestrado, e por isso agradeço imensamente seu amor e compreensão.

Muito Obrigada a todos!

## RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida com o objetivo de compreender como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura da UFSC, na visão de seus gestores. Este é um estudo de caso, de abordagem qualitativa e a coleta de informações envolveu pesquisa bibliográfica e documental, em uma primeira fase, e posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores administrativos da UFSC atuantes, de maneira direta ou indireta, na formulação e implementação da Política Institucional de Cultura. Para analisar as informações coletadas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. A partir dos resultados obtidos tem-se que a maior parte dos gestores entrevistados desconhecem o processo histórico do Projeto 12:30, contudo, reconhecem a importância deste Projeto para a Universidade e sua comunidade (interna e externa). Neste processo, a criação da Secretaria de Cultura e Arte da UFSC (SeCArte) é considerado um marco inicial da Política Institucional de Cultura da UFSC. Assim, o Projeto 12:30 é visto como totalmente integrado à Política Institucional de Cultura, por meio do Departamento Artístico Cultural (DAC) e da SeCArte, porém, vem enfrentando inúmeras dificuldades à sua execução e de seus desdobramentos. Os gestores demonstraram conhecer e valorizar a Política Institucional de Cultura, reconhecendo seus avanços nos últimos 9 (nove) anos porém, ressaltam a descontinuidade administrativa como um fator de entrave à sua plena execução. A concepção de cultura dos gestores entrevistados vai ao encontro da concepção antropológica, de cidadania cultural presente na Política Pública de Cultura, no entanto, a maior parte dos gestores não demonstrou conhecimento acerca desta Política. A relação da Política Pública de Cultura com a Política Institucional de Cultura também é desconhecida e mesmo inexistente na visão de alguns gestores, fato que se coaduna com a falta de políticas culturais para as universidades, por parte do Governo Federal. Assim, retornando ao ponto de partida deste estudo, o Projeto 12:30, torna-se evidente sua importância no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, como demonstrado pela visão dos gestores. Contudo, no desenvolvimento deste estudo, uma contradição se revelou: ao mesmo tempo em que o Projeto 12:30 é uma ação da Política Institucional de Cultura, esta ação é fragilizada pela falta de diretrizes de gestão da Política Institucional. Esta fragilidade se manifesta não só pela falta de recursos, mas pela falta de local próprio, falta de conhecimento de seu processo histórico

por parte dos gestores e da comunidade universitária, pela falta de equipamentos e pessoal necessários e mesmo falhas em seu registro histórico. Falta ainda, aos gestores, uma melhor compreensão acerca de seu papel na Política Institucional de Cultura e da essência do que é a própria Política Pública de Cultura. Neste contexto, com a intenção de aprimorar a gestão universitária no que tange à sua Política Institucional de Cultura, propõe-se reflexões e sugestões para ações futuras.

**Palavras-Chave:** Política Cultural Universitária; Projeto 12:30; Política Institucional de Cultura; Política Pública de Cultura; Gestão Universitária.

## ABSTRACT

The present dissertation was developed with the aim to understand the constitution of the Project 12:30 in the development process of the Institutional Policy of Culture of UFSC in the view of its managers. This is a case study, of a qualitative approach and the data collection involved a bibliographical and documentary research, on its first phase and subsequently, semi-structured interviews were conducted with the active administrative managers from UFSC, directly and indirectly, in the formulation and implementation of the institutional Policy of Culture. In order to analyse the collected information, it was used the content analysis technique. From the obtained results, it is identified that the majority of the interviewed managers do not know the historical process of the Project 12:30, however, they recognize the importance of this Project for the University and its community (internal and external). In this process, the creation of the Secretary of Culture and Art of UFSC (SeCARte) is considered an initial milestone of the Institutional Policy of Culture of UFSC. Therefore, the Project 12:30 is seen as totally integrated to the Institutional Policy of culture through the Artistic Cultural Department (DAC) and to the SeCARte, although it has faced several difficulties to its execution and its implications. The managers demonstrated to know and value the Institutional Policy of Culture, identifying its advances in the last nine years, however, pointing out the administrative discontinuity as an obstacle to its full execution. The conception of culture of the interviewed managers meets the anthropological conception, the cultural citizenship present in the public policy of culture, however, the majority of the managers did not demonstrate knowledge about this policy. The relation between the public policy and the institutional policy of culture is also unknown and even non-existent in the view of some managers, a fact that is connected to the lack of cultural policies to the universities by the Federal Government. This way, returning to the starting point of this study, it becomes evident the importance of the Project 12:30 in the development process of the Institutional Policy of Culture, as demonstrated by the managers' view. However, a contradiction was revealed during the development of this study: at the same time the Project 12:30 is an action from the Institutional Policy of Culture, this action is weakened by the lack of instructional management. This weakness is expressed not only by the lack of resources but also by the lack of an appropriate place, the lack of knowledge about its historical process by the managers and the university community, the lack of necessary

equipment and personnel, even the failures of its historical record. The managers still need a better understanding about their role in the Institutional Policy of Culture and about the essence of what the Public Policy of Culture means. In this context, in order to improve the university management on the Institutional Policy of Culture, some reflections and suggestion are proposed for future actions.

**Keywords:** University Cultural Policy; Project 12:30; Institutional Policy of Culture; Public Policy of Culture; University Management.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 - Caminho Teórico-Metodológico Percorrido.....20

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01 – Processo Histórico do Projeto 12:30 (2008-2015).....27

Quadro 02 – Potenciais Sujeitos da Pesquisa.....58

Quadro 03 - Sujeitos Participantes da Pesquisa.....59

Quadro 04 - Categorias e Conteúdos Base.....61



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCE - Centro de Comunicação e Expressão  
CFC - Conselho Federal de Cultura  
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CNDI - Conselho Nacional de Direito Autoral  
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural  
CONCINE - Conselho Nacional de Cinema  
DAC - Departamento Artístico Cultural  
EMBRAPFILME - Empresa Brasileira de Filme  
EC - Emenda Constitucional  
FAM - Florianópolis Audiovisual Mercosul  
FNC - Fundo Nacional da Cultura  
FICART - Fundos de Investimento Cultural e Artístico  
FITA FLORIPA – Festival Internacional de Teatro de Animação de Florianópolis  
FUNARTE - Fundação Nacional de Artes  
IBAC - Instituto Brasileiro de Arte e Cultura  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural  
IR - Imposto de Renda  
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
MEC - Ministério da Educação e Cultura  
MEC - Ministério da Educação  
MinC - Ministério da Cultura  
NAAC - Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais  
ONG - Organização Não Governamental  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNC - Plano Nacional de Cultura  
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária  
PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia  
PRAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
PRCE - Pró-Reitoria de Cultura e Extensão  
PROCULTURA - Programa de Apoio às Ações de Cultura  
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura  
RU - Restaurante Universitário  
SeCArte - Secretaria de Cultura e Arte

Secult - Secretaria de Cultura  
SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão  
SID/MinC - Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural  
SNC - Sistema Nacional de Cultura  
TAE - Técnico-Administrativo em Educação  
UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>2 PROJETO 12:30.....</b>	<b>23</b>
<b>3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA.....</b>	<b>29</b>
<b>4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA.....</b>	<b>39</b>
<b>5 CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>55</b>
5.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO.....	55
5.2 SUJEITOS DE PESQUISA.....	57
5.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	60
<b>6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS.....</b>	<b>63</b>
6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	63
6.2 PROJETO 12:30.....	64
6.3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA.....	68
6.4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA.....	74
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>97</b>
ANEXO A – Organograma da SeCArte.....	98
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>99</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	101
APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES.....	103



## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O meu interesse pelo fenômeno de investigação, o Projeto 12:30, se deve inicialmente, pela minha experiência com projetos de extensão e cultura como graduanda no curso de graduação em Psicologia (1999 a 2005) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Posteriormente, durante minha trajetória como servidora Técnico-Administrativa em Educação (TAE) desta Instituição, a partir de 2012 (UFSC, 2012), percebi seu potencial de difusor e promotor da cultura local e regional, dentro do ambiente da Universidade, como parte de sua Política Institucional de Cultura.

O Projeto 12:30 teve origem em 1986<sup>1</sup>. É um Projeto de Extensão de caráter didático-cultural, vinculado ao Departamento Artístico Cultural (DAC), este por sua vez, subordinado à Secretaria de Cultura e Arte (SeCARTE) da UFSC. O Projeto consiste basicamente em apresentações culturais de dança, teatro e música. As apresentações têm duração de uma hora, das 12h30 às 13h30, no horário de almoço da comunidade universitária, propiciando integração entre alunos, docentes, servidores técnico-administrativos em educação e comunidade externa (UFSC, 1986; 2009; [201-a]).

Falar de Projeto 12:30, é falar de cultura. Para Rosa (2009), a concepção de cultura pode ser entendida como um conjunto de representações, valores, normas e modelos de comportamento. Desde os rituais até as práticas codificadas e que estão presentes num determinado contexto.

No âmbito das universidades, a cultura também tem seu papel na produção de conhecimento e construção da cidadania. Para Teixeira (2014), a universidade pública, além do seu potencial de formação de profissionais e pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento, tem, ainda, o papel de fomentar, apoiar os processos criativos e contribuir no desenvolvimento de estudos para o conhecimento da diversidade cultural e suas manifestações.

A Universidade como produtora de conhecimento tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e para a

---

<sup>1</sup> Já havia apresentações culturais no *campus* da UFSC esporádicas desde 1985. Então, em 1986 o Projeto 12:30 foi formalmente concebido, com a proposição do Projeto de Extensão 007/86 (UFSC, 1986), pelos seus coordenadores à época.

preservação da cultura e para tanto deve adotar políticas culturais no contexto da instituição e voltadas para a sociedade (ROSA, 2009, p.132).

Neste sentido, Leopoldo e Silva (2001) ressalta que a universidade pública é a única instância em que se pode resistir de alguma forma aos oligopólios midiáticos. Nela, a cultura pode ser vivenciada sem as regras do mercado e sem os critérios de utilidade introjetados pela racionalidade midiática.

Na UFSC, um dos marcos de referência para o fortalecimento da Política Institucional de Cultura foi a constituição da SeCArte em 2008 (UFSC, 2008a), desmembrando a cultura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE), conferindo-lhe estrutura, recursos e pessoal próprios. Outro marco institucional a destacar foi a inserção da cultura, a partir de 2010, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)<sup>2</sup> (UFSC, 2010a).

Neste contexto, o Projeto 12:30 veio se mostrando ao longo de sua existência como importante catalisador de uma política cultural universitária, no âmbito da Instituição. Por meio de uma prática participativa que permite a troca de experiências entre comunidade e Universidade, o Projeto 12:30 promove arte e cultura ao longo de seus 30 anos de existência, de forma gratuita e democrática, permitindo o acesso livre a uma média de 35 a 40 apresentações anuais (UFSC, 2009; 2016a).

No que concerne a investigações tendo como tema política cultural universitária e o Projeto 12:30, com base no catálogo *Pergamum* (UFSC, [201-b]), e no Banco de Teses e Dissertações do site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BRASIL, [201-a]), verifiquei que não há registro de estudos relativos ao Projeto 12:30.

Como Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, compreendo a cultura como parte da formação acadêmica e cidadã. Por isto, situo o Projeto 12:30 como fenômeno de estudo, por seu importante papel na promoção e

---

<sup>2</sup> “O PDI é um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional. Nele estão definidas a missão e a visão de futuro da Universidade, bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas” (UFSC, 2015, p.07).

divulgação da cultura local e regional, em integração com a comunidade universitária e também externa.

No contexto do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), a linha de pesquisa Políticas Públicas e Sociedade investiga a interface entre Política Pública, sociedade e Universidade, visando o desenvolvimento de soluções inovadoras aplicadas à gestão universitária (UFSC, [201-c]). Neste sentido, esta Dissertação buscou aderência à referida linha de pesquisa, que investiga a inter-relação entre a Universidade e sua Política Institucional de Cultura, Política Pública de Cultura, e sociedade, no contexto do Projeto 12:30.

Diante do exposto, e visando compreender as relações entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura, no que tange ao Projeto 12:30, por meio da linha de investigação Políticas Públicas e Sociedade, do Mestrado Profissional em Administração Universitária, delinee a seguinte pergunta de pesquisa: Como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, na visão dos gestores da UFSC?

Isto posto, estabeleci como objetivos:

#### OBJETIVO GERAL

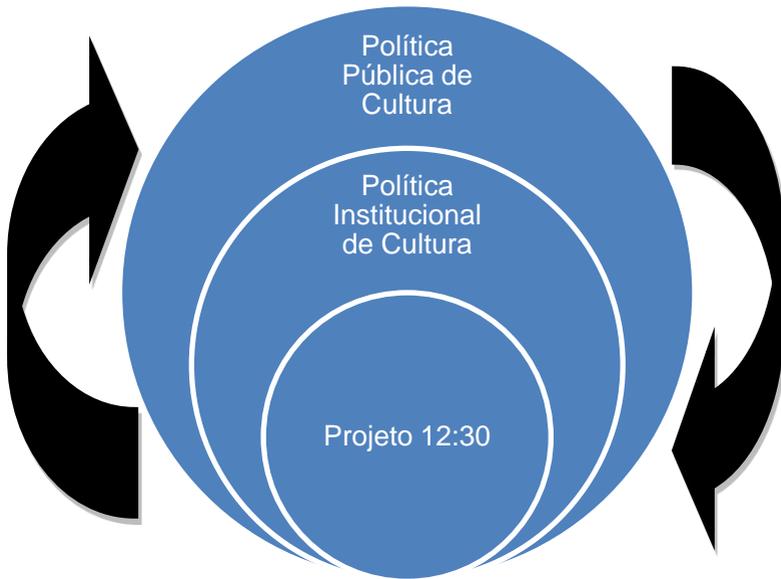
Compreender como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política de Institucional de Cultura da UFSC, na visão de seus gestores.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Descrever o processo histórico do Projeto 12:30;
- b) Descrever a Política Institucional de Cultura;
- c) Conhecer as diretrizes da Política Pública de Cultura; e,
- d) Propor ações para o desenvolvimento, manutenção e fortalecimento do Projeto 12:30, como integrante da Política Institucional de Cultura.

Para atingir os objetivos inicialmente propostos, parto de uma realidade concreta, da minha prática social (TRIVIÑOS, 1987). Neste caso, meu ponto de partida é o Projeto 12:30. Após, busco compreender melhor o contexto que este Projeto está inserido, desvelando a Política Institucional de Cultura, e por fim, a compreensão da Política Pública de Cultura, que direta ou indiretamente reflete no fenômeno ora investigado, ou seja o Projeto 12:30. Vide Figura 01 - Caminho Teórico-Metodológico Percorrido

Figura 02 - Caminho Teórico-Metodológico Percorrido



Fonte: Elaborado pela Autora.

Este caminho teórico-metodológico tem por base a matéria, a prática social e a relação dialética entre matéria e consciência (TRIVIÑOS, 1987). O autor (1987, p. 51) destaca “[...] a importância da prática social como critério de verdade [...]” no processo de desenvolvimento do fenômeno ora investigado. Ou seja, é deste ponto que o pesquisador deve partir na construção do conhecimento, com vistas a buscar reflexões teóricas sobre determinado fenômeno presente na sua realidade, na sua prática, sem, é claro, desconsiderar as inter-relações do fenômeno com a totalidade mais ampla.

Sendo assim, tomei como ponto de partida para este Estudo o Projeto 12:30, o qual está mais próximo da minha realidade concreta, mas que não pode ser considerado de maneira isolada, e sim, em interação com outros contextos maiores. Por isso, no momento seguinte, busco compreender sua interlocução com a Política Institucional de Cultura e com a Política Pública de Cultura, trazendo reflexões sobre estas relações.

A presente Dissertação está assim estruturada:

Capítulo 01 - Considerações Iniciais. Apresento uma breve introdução sobre este Estudo, suas motivações, caminho teórico-metodológico, objetivos e justificativas para a realização do mesmo;

Capítulo 02 – Projeto 12:30. Neste capítulo faço um breve histórico do Projeto 12:30, sua origem, concepção e ações;

Capítulo 03 – Política Institucional de Cultura. Apresento um olhar sobre a Política de Cultura da UFSC ao longo de sua história, e sua interlocução com o Projeto 12:30;

Capítulo 04 – Política Pública de Cultura. Descrevo aspectos relevantes acerca da Política Pública de Cultura, buscando compreender sua inter-relação com a Política Institucional de Cultura da UFSC;

Capítulo 05 – Caminho Metodológico. Registro o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa, identificando o tipo e a natureza de estudo, sujeitos da pesquisa, bem como instrumentos de coleta de informações e técnica de análise destas;

Capítulo 06 – Análise das Informações Coletadas. Apresento o resultado da análise das informações coletadas e sua interlocução com as bases teóricas apresentadas, de acordo com as categorias de análise pré-definidas para este Estudo; e,

Capítulo 07 – Considerações Finais. Finalizada a demonstração dos resultados e seu diálogo com as bases teóricas apresentadas, retorno ao meu ponto de partida definido no caminho delineado, a fim de responder a pergunta de pesquisa proposta para este Estudo.



## 2 PROJETO 12:30

O Projeto 12:30 é um Projeto de Extensão de caráter didático-cultural vinculado ao Departamento Artístico Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1988, e em 2008, com a criação da Secretaria de Cultura e Arte (UFSC, 2008a), ficou também subordinado à esta. Surgiu em 1986, inicialmente de forma muito precária, informal, em uma época em que a Política Institucional de Cultura caminhava a passos lentos. Em 1986 foi formalmente concebido como Projeto de Extensão (UFSC, 1986), mas ainda assim, ocorria com pouca frequência, e mesclava atividades de exibição de filmes e apresentações culturais diversas (música, teatro, dança e literatura) (UFSC, 1986; 2009; [201-a]).

A partir de 1993 o Projeto 12:30 passou a ter frequência semanal e suas atividades ficaram focadas nas apresentações culturais de música (especialmente), teatro e dança, na região central da UFSC (*Campus Trindade*). Estas apresentações costumam acontecer na Concha Acústica<sup>3</sup>, montada na Praça da Cidadania entre os prédios da Reitoria e do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), ou no varandão<sup>4</sup> deste, às quartas-feiras, das 12h30 às 13h30 (UFSC, [201-a]).

O Projeto 12:30 partiu da iniciativa de dois servidores técnico-administrativos em educação, um pelo desejo de sistematizar apresentações artísticas que ocorriam esporadicamente no *campus* central da UFSC e outro que já possuía experiência na elaboração de projetos culturais e educacionais. A ideia de realizar suas atividades no horário das 12h30 se justifica pelo fato de ser o intervalo entre os dois períodos de aula (matutino e vespertino), sendo mais adequado para atingir a comunidade universitária (UFSC, 1986; WERNER, 2016).

---

<sup>3</sup> A concha Acústica é um equipamento cultural para apresentações artísticas, gerenciada pelo DAC. Foi instalada em fins da década de 90 em um gramado da praça central do *campus* Trindade da UFSC, a Praça da Cidadania, entre os edifícios da Reitoria e do Centro de Comunicação e Expressão. A Concha é formada por uma superfície de base semicircular e borda parabólica, uma metade de abóbada esférica. A superfície interna, que reflete o som, é composta de 20 gomos de fibra e vidro com base de 63 cm, está apoiada em um piso retangular de cimento de 70m<sup>2</sup>, aproximadamente, que serve de palco (WERNER, 2013).

<sup>4</sup> O Centro de Comunicação e Expressão (CCE) é um prédio amplo de três andares e que conta com uma extensa varanda, local que acabou se tornando palco das atrações do Projeto 12:30.

O Projeto 12:30, dentro de sua proposta original, possui como objetivos (UFSC, 2009):

- Realizar apresentações artísticas de música, teatro e dança no *campus* da UFSC (Trindade) todas as quartas-feiras do período letivo, com algumas atrações extras durante eventos ocorridos no *campus*;
- Realizar apresentações musicais, de caráter intimista, no Teatro da UFSC (*Campus* Trindade), com frequência quinzenal, às quintas-feiras do período letivo, com algumas atrações extras durante eventos ocorridos no *campus*;
- Realizar uma itinerância no Projeto 12:30, por meio do intercâmbio artístico-cultural com escolas da rede pública de ensino da Grande Florianópolis, levando à estas comunidades shows musicais (que já se apresentaram do Projeto 12:30 na UFSC), além de debates e conversas sobre produção/difusão artístico-cultural;
- Incentivar a difusão e a produção de arte e de projetos culturais nas cidades e regiões visitadas;
- Estimular e difundir a música produzida por artistas locais;
- Promover o contato dos estudantes e comunidade em geral com o sujeito histórico cidadão e artista;
- Incentivar ações que possibilitem que artistas e produções independentes sejam apresentadas ao público;
- Possibilitar o acesso gratuito à arte produzida em Santa Catarina;
- Incentivar a formação de um público crítico e gerador de opinião em arte;
- Possibilitar aos artistas locais seu aperfeiçoamento a fim de competirem no mercado de trabalho;
- Incentivar músicos e grupos locais a gravar e divulgar seu trabalho;
- Incentivar a produção e circulação de bens culturais produzidos com valores da nossa cultura;
- Possibilitar a realização de projetos artístico-culturais da UFSC em parceria com outras instituições;
- Incentivar a comunidade e patrocinadores a investir em projetos culturais; e,
- Incentivar artistas e grupos artísticos a visitarem a UFSC e se apresentar no Projeto 12:30.

A partir de 1988, com a instituição da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) e do DAC, o Projeto 12:30 integra parte da estrutura institucional de cultura e extensão, ficando vinculado a estes setores (UFSC, [201-d]). Neste período, a UFSC passou a disponibilizar mais recursos para a área artístico-cultural a serem utilizados mediante apresentação de projetos para editais internos. Deste modo, surgem desdobramentos do Projeto 12:30, propostos por seus coordenadores (UFSC, [201-a]):

- Gravação de CD: em 1999 foi gravado um CD com 12 (doze) faixas inéditas de mais de 60 artistas envolvidos, que costumavam se apresentar no palco do Projeto, todos com canções próprias. O Projeto contou, inclusive com patrocínio da iniciativa privada e teve um show de lançamento com um público aproximado de três mil pessoas (UFSC, 1999a, [201-a]).
- Projeto 12:30 na TV: produção de programas de TV a partir das apresentações do Projeto 12:30 realizadas no *campus* da UFSC, com duração de 30 minutos e exibição da apresentação de um grupo musical filmada durante a realização do Projeto 12:30 na UFSC, juntamente com entrevistas e comentários de interesse geral (UFSC, 1999b). Estes programas fazem parte do acervo da UFSC TV, emissora da Universidade, para transmissão e divulgação periódica dos artistas que participam do Projeto. Até o momento cinco gravações foram editadas e veiculadas (UFSC, [201-a]);
- Projeto 12:30 Acústico: criado em 2001 para atender a demanda de artistas e público que apreciam apresentações mais intimistas, cantadas ou instrumentais, com apresentações solo ou orquestra de câmara. Os concertos ocorrem às quintas-feiras, também das 12:30 às 13:30, no Teatro da UFSC, *Campus* Trindade (UFSC, [201-a]); e,
- Intercâmbio Catarinense: surgido em 2003, percorre escolas no interior de Santa Catarina promovendo shows seguidos de debate entre artistas e comunidade local, partilhando experiências e incentivando a realização de projetos artístico-culturais que promovam a parceria entre artistas e instituições da comunidade (UFSC, [201-a]).

Além desses desdobramentos, o Projeto 12:30 participou e participa de grandes eventos promovidos na UFSC. Devido a sua visibilidade, o Projeto já foi procurado como parceiro diversas vezes para realizar programações culturais durante uma série de congressos, reuniões, seminários, entre outros (WERNER, 2013).

A divulgação das apresentações do Projeto 12:30 é feita por meio de cartazes, produção e envio de *press releases* (comunicado de imprensa) à imprensa local e estadual. Também é feita a divulgação da notícia com foto no *site* do DAC, redes sociais e envio de mala direta para a comunidade universitária e público externo (em torno de 500 endereços eletrônicos cadastrados) (UFSC, 2016a).

Para se apresentar no Projeto 12:30, ao ar livre ou acústico, o artista ou o grupo interessado deve encaminhar uma proposta por escrito à coordenação do Projeto, no DAC, ou por e-mail contendo os seguintes itens (UFSC, [201-a], s/p):

- 1) Texto para release, com a descrição da apresentação artística que pretende realizar, o histórico e o currículo do artista ou do grupo;
- 2) Nome e função de cada um dos integrantes da apresentação;
- 3) Fotos em arquivos JPG, em alta resolução, com qualidade para divulgação e envio à imprensa estadual;
- 4) Endereço completo, telefone e e-mail (se tiver) para contato;
- 5) Rider (relação de equipamentos e instrumentos) e Mapa de Palco (posição de artistas e equipamentos no palco); e,
- 6) Para confirmação e agendamento da inscrição esses itens deverão ser encaminhados gravados em CD de dados.

Com a instituição da SeCArte em 2008, o que considero um marco histórico para a Política Institucional de Cultura, os relatórios de suas atividades, inclusive do Projeto 12:30, foram disponibilizados em meio digital *on-line*. Considerando que o recorte temporal deste Estudo será de 2008 a 2016, iniciando com o ano de instituição da SeCArte e finalizando com a posse da última Gestão da Reitoria da UFSC (2016-2020), no momento da realização desta pesquisa, apresento alguns dados pertinentes ao processo histórico do Projeto 12:30, dentro deste recorte

temporal. Vide Quadro 01 – Processo Histórico do Projeto 12:30 (2008-2015).

Quadro 01 – Processo Histórico do Projeto 12:30 (2008-2015)<sup>5</sup>

<b>Ano</b>	<b>nº de apresentações</b>	<b>nº de artistas envolvidos</b>	<b>Público aproximado</b>
2008	52	375	12.000
2009	59	329	12.600
2010	55	229	9.300
2011	45	175	10.700
2012	37	159	9.400
2013	12	65	4.800
2014	20	50	6.800
2015	13	35	4.130
<b>TOTAL</b>	<b>293</b>	<b>1.417</b>	<b>69.730</b>

Fonte: Elaborado pela Autora.

O Projeto 12:30 manteve uma média de artistas e de público semelhante em todos os anos até 2012. Manteve também, a participação em eventos promovidos anualmente na Universidade. Mas, no ano de 2013 o Projeto começou a enfrentar algumas dificuldades, como a não ocorrência de pregão eletrônico para contratar serviço de sonorização. Isto causou atraso no início das atividades, e não houve apresentações de março a agosto. Além disso, o Projeto 12:30 Acústico teve de ser suspenso. Nos anos seguintes o quadro se manteve, diminuindo consideravelmente o número de apresentações do Projeto. Seus desdobramentos também sofreram alterações, chegando a sua interrupção. Além disto, o Projeto 12:30 em si passou a ter apresentações quinzenais, não mais semanais (UFSC, 2016a).

O Projeto 12:30 está vinculado ao Departamento Artístico Cultural. Dentro de sua estrutura administrativa, o DAC possui uma Coordenação Geral e duas divisões: a de Atividades Artísticas e a de Serviço de Expediente. Dentro da Divisão de Atividades Artísticas estão os serviços de: Promoção de Intercâmbio; Música; Teatro; Cinema; Arte-Educação; e, Artes Visuais. Já o setor de Serviço de Expediente é responsável pelas atividades administrativas do Departamento (UFSC, [201-e]).

<sup>5</sup> O último relatório disponibilizado pela SeCArte até a finalização desta Pesquisa (julho/2017) foi o de 2015.

O DAC possui inúmeros projetos e suas áreas de atuação são as artes visuais, cinema, teatro, música e arte-educação. Este Departamento tem como objetivo promover a arte e a cultura, por meio de atividades de ensino, pesquisa, produção e extensão, buscando o desenvolvimento integral do indivíduo, visando a melhoria do nível de qualidade de vida e transformação da sociedade (UFSC, 2016a).

Ao longo de sua existência o DAC vem desenvolvendo inúmeros projetos na Universidade, nas áreas de música (Projeto 12:30, Coral da UFSC, Madrigal da UFSC, Orquestra de Câmara da UFSC); Teatro (Grupo Pesquisa Teatro Novo, Oficina Permanente de Teatro, Oficina de Teatro para Adolescentes); Arte-Educação (cursos e oficinas livres, Projeto Recriando na Comunidade, Grupo de Estudos do Programa Arte na Escola); e ainda, coordena outras ações como Galeria de Arte; Hall da Reitoria e Acervo de Obras de Arte da UFSC; e, Arte Memória (UFSC, 2016a).

Além destes, o DAC promove e apoia outros eventos e atividades culturais, em parceria com Governo Federal, Governo do Estado, Prefeituras e outras instituições de ensino (UFSC, 2016a). Desta forma, o DAC tem desempenhado ao longo desses anos papel fundamental na política de cultura da UFSC, atuando como organizador/promotor e apoiador de diferentes atividades e eventos.

Neste contexto, com mais de 30 anos de existência, o Projeto 12:30 foi se constituindo historicamente, juntamente com a política cultural da UFSC, do mesmo modo que a própria Instituição. O Projeto 12:30, mesmo com desafios para a sua concretização, mantém seu caráter democrático, atendendo gratuitamente a um grande público e também aos artistas, que não recebem nenhum tipo de pagamento em suas apresentações. Por ser um Projeto de Extensão, seus pressupostos respeitam o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 1998), enfatizando a extensão como uma via de mão dupla, onde há troca de saberes entre Universidade e comunidade, entre conhecimento acadêmico e saber popular (UFSC, 2009).

### 3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA

A UFSC vem se constituindo historicamente como uma instituição produtora de conhecimento e desenvolvimento cultural e científico. Desde o início de suas atividades, na década de 60, teve artistas engajados com a cultura dentro e fora da Universidade (UFSC, [201-d]).

A primeira instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina foi a Faculdade de Direito, criada em 11 de fevereiro de 1932. Organizada inicialmente como instituto livre, foi oficializada por Decreto Estadual em 1935. Em 18 de dezembro de 1960 foi criada a Universidade Federal de Santa Catarina, pela Lei nº 3.849/60 (BRASIL, 1960) reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962 (UFSC, 2010b).

Localizada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, a UFSC, inicialmente ficava no centro da cidade. Em 1961 o Governo Estadual cedeu a fazenda-modelo Assis Brasil, localizada no bairro Trindade, quando se iniciou a construção do *campus*. É uma Universidade pública e gratuita, está entre as cinco melhores universidades do Brasil e entre as seis melhores da América Latina (UFSC, [201-f]). Desde 2009 vem se expandindo, com a instalação dos *Campi* Araranguá, Curitiba e Joinville, e em 2013, outro *campus* na cidade de Blumenau. Possui também diversos polos de ensino à distância, em várias regiões do País (UFSC, 2016b).

A UFSC é oficialmente instalada em 1962, e já em 1963 nasce o Coral da UFSC, posteriormente o Cine-Clube, o curso de interpretação teatral e as primeiras oficinas de artes plásticas. Na tentativa de estruturar melhor o setor artístico da Universidade, foram criados em 1971 os setores de Manifestações Artísticas e Educação Musical. Posteriormente, em 1977, estes setores se transformam na Seção de Atividades Artísticas. Com o intuito de solucionar o problema da falta de espaço físico para a esta seção, no ano seguinte a UFSC destina o prédio da antiga Igreja da Trindade e da Casa do Divino, já restaurados, ao novo setor. Em 1979 é instituído o Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais (NAAC), e em 1980, o Departamento de Assuntos Culturais, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Extensão, sendo o NAAC subordinado ao referido Departamento (UFSC, [201-d]).

Desta forma, a princípio a cultura ainda não tinha um lugar bem definido na Política Institucional, e a preocupação era mais em oferecer

atividades à comunidade e alocar estas atividades em algum espaço físico. É a partir da década de 80, que a cultura começa a fazer parte de um Plano Institucional. Neste período a Universidade passa por intensas transformações, assim como o próprio País, com o fim da Ditadura Militar (1964/1985) e a promulgação da Constituição de 88 (BRASIL, 1988).

Em 1984 a UFSC se reestrutura, situando a cultura como uma atividade de extensão. São extintos o Departamento de Assuntos Culturais e o Núcleo de Atividades Artísticas e Culturais. Cria-se o Departamento de Apoio à Extensão e, subordinado a este, é constituída a Divisão de Atividades Artísticas e Culturais (UFSC, [201-d]).

Em 1986 cria-se o primeiro esboço do Projeto 12:30, a princípio uma iniciativa ousada de dois servidores da Universidade que viram no espaço público desta, um local privilegiado para manifestações artísticas. Com o advento da Constituição (BRASIL, 1988) e a definição da tríplice atividade da Universidade (ensino, pesquisa e extensão), em 1988 a extensão e a cultura se elevam ao *staff* de Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, e a Divisão de Atividades Artísticas e Culturais é elevada a Departamento Artístico Cultural (UFSC, [201-d]). Assim, o Projeto 12:30 ficou vinculado ao DAC, conferindo-lhe um papel de Projeto Institucional.

De acordo com Carvalho, Silva e Guimarães (2009), no início dos anos 90 houve um desmonte na área da cultura no Brasil, o Ministério da Cultura (MinC) foi destituído e transformado em uma secretaria, além de outros órgãos que foram extintos. Neste sentido, a criação das Leis de Incentivo Fiscal para financiamento das ações projetos e programas culturais mudou o cenário da Política Pública de Cultura, que vem utilizando largamente esta prática desde então (OLIVIERI, 2004; RUBIM, 2010; SILVA, DUTRA, 2012). Na UFSC o quadro se manteve, e a cultura continuou vinculada à extensão, podendo contar com poucos recursos, boa parte por meio de editais (UFSC, [201-d]).

Em nível nacional, a partir de 2003 a área da cultura começou a ser discutida e fomentada de maneira ampla, o que repercutiu também no ideário dos gestores da UFSC. Então, em 2008, a Instituição faz o desmembramento da cultura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, criando a Secretaria de Cultura e Arte. Na gestão seguinte (2012-2016) foi constituída a Secult (Secretaria de Cultura), retornando a SeArte, na gestão 2016/2020, com vistas a fundamentar a concepção de arte e cultura (UFSC, [201-g]).

A SeArte tem por objetivo auxiliar a Administração Central em suas tarefas executivas na área da cultura. Tem como princípio

norteador fomentar a cultura de maneira ampla, atuando na produção e difusão de diferentes projetos e programas (UFSC, [201-g]). Está ligada diretamente ao Gabinete da Reitoria, tendo *status* de Pró-Reitoria, e sua estrutura organizacional compreende, além do secretário, assessorias, coordenadorias e apoios administrativos (vide Anexo A – Organograma da SeCArte) (UFSC, [201-h]).

De acordo com seu Regimento Interno (UFSC, [201-e], Art. 5º), as competências da SeCArte são:

- I – Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área;
- II – reconhecer a abrangência da noção de cultura nas suas dimensões simbólica, estética e econômica;
- III – sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;
- IV – contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno da UFSC, aumentando seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- V – integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- VI – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, respeitando sempre os ditames legais para concessão de recursos financeiros;
- VII – estimular o debate crítico acerca de questões prementes do ser humano e da sociedade contemporânea;
- VIII – promover a qualidade da produção artístico-cultural da Universidade;
- IX – propiciar o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
- X – garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da UFSC, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- XI – administrar o espaço cultural do hall da Reitoria e os espaços do Centro de Eventos, do Auditório da Reitoria, do Templo Ecumênico, das Fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratoões e São José da Ponta Grossa,

- do Teatro da UFSC, da Concha Acústica e outros que venham a ser criados para fins artísticos;
- XII – ressignificar os espaços da Universidade com ações culturais;
- XIII – Articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade e promover a organização de parcerias e redes para a sua implantação;
- XIV – dinamizar as políticas de intercâmbio e difusão da cultura universitária com outras universidades nacionais e internacionais, promovendo acordos e levando a criação artístico-cultural produzida e financiada para além dos muros da Universidade;
- XV – integrar as ações culturais dos *campi* da UFSC;
- XVI – estender as ações culturais às cidade-sede dos *campi* da Universidade, ao Estado de Santa Catarina, priorizando as comunidades de difícil acesso a esses espaços geográficos;
- XVII – organizar instâncias consultivas e de participação para contribuir na formulação e debater estratégias e execução das políticas de cultura da Universidade;
- XVIII – mensurar o desempenho das ações culturais da Secretaria; e,
- XIX – executar outras atividades inerentes ao setor ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Desde a sua criação, a SeCArte, por meio de suas unidades culturais (DAC, Centro de Cultura e Eventos, Núcleo de Estudos Açorianos e Projeto Fortalezas) vem desenvolvendo inúmeras ações e programas de cultura, com uma programação variada, que abrange as diversas áreas artístico-culturais. A missão da SecArte é:

Propiciar a construção de um espaço que potencialize a vivência e a produção de cultura, ampliando a formação profissional dos alunos, promovendo a participação de toda a comunidade universitária em projetos culturais, bem como incentivando a integração da comunidade universitária com a sociedade (UFSC, [201-g, s/p]).

Sua visão compreende “ser referência nacional e internacional em cultura e arte, dispondo de pessoal qualificado, capacitado e comprometido com as ações artístico culturais da UFSC” (UFSC, [201-g, s/p]).

Seus valores são “criatividade, pluralidade, sensibilidade, liberdade, diálogo e valorização da arte e do ser humano” (UFSC, [201-g, s/p]).

Orientada por sua missão, a SeCArte tem como objetivos (UFSC, [201-g, s/p]):

- a) Desenvolver iniciativas relacionadas às artes na Instituição, incentivando e apoiando ações e projetos;
- b) Garantir a diversidade cultural;
- c) Promover e preservar o patrimônio cultural material e imaterial da Universidade; e,
- d) Promover a integração entre Universidade e sociedade estimulando o desenvolvimento de ações artístico-culturais nos *campi*.

Com a SeCArte a cultura passa a fazer parte de um planejamento institucional, assim como ensino, pesquisa e extensão, integrando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (UFSC, 2010a), como área de atuação acadêmica.

O PDI 2010 (UFSC, 2010a), a exemplo da própria SeCArte, separa a cultura da área de extensão universitária, agora com planejamento e orçamento próprio. No processo do desenvolvimento histórico da Política Institucional de Cultura cabe destacar diferentes projetos e programas culturais, com frequência anual:

- a) Semana Ousada de Artes UFSC-UDESC – evento realizado em parceria com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com apresentações de dança, teatro e cinema, além de oficinas de arte que possibilitam à comunidade o acesso ao fazer artístico (UFSC, 2008b);
- b) Semana de Teatro da UFSC – organizada em conjunto com o Curso de Artes Cênicas da UFSC, e apresentando à comunidade um pouco da arte produzida na Universidade por meio de apresentações teatrais de diferentes grupos, no período noturno

no Centro de Cultura e Eventos e no Teatro da UFSC (UFSC, 2008b); e,

- c) Café Filosófico-Literário – Na tentativa de recriar o ambiente de refinamento intelectual que predominava nos salões europeus do Século XVIII, durante três dias são promovidas discussões com filósofos e escritores sobre obras e temas de filosofia e literatura, com o objetivo de intensificar os debates culturais dentro do *campus* (UFSC, 2008b);

Além disso, a UFSC, por meio da SecArte, vem apoiando diversos eventos ao longo de sua história, como o Festival de Cinema Infantil, Festival Internacional de Teatro de Animação de Florianópolis (FITA FLORIPA), Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), entre outros. Há também o Festival de Música da UFSC, com frequência anual, em que músicos locais competem por suas composições. O Festival sofreu algumas alterações, deixando de ser competitivo na sua terceira edição, mas sem perder o seu caráter de difusor da cultural regional, valorizando o artista local (UFSC, 2008b).

Desde 2011 a concessão de bolsas a alunos de graduação que desenvolvem ações de arte e cultura foi regulamentada, como uma forma de incentivo a socialização de atividades artísticas e culturais. Em 2011, o primeiro Edital da Bolsa Cultura foi lançado e teve como objetivos (UFSC, 2011, p. 01):

[...] oferecer auxílio financeiro a estudantes de graduação; incentivar sua participação no processo de criação artística cultural; proporcionar o envolvimento de estudantes, professores e técnicos administrativos em atividades artísticas culturais e estimular a participação dos estudantes nos projetos de Cultura e Arte desenvolvida pela UFSC.

Em 2012 a SeCArte sofre alterações estruturais e administrativas em decorrência da mudança na Administração Central da Universidade, com a posse da nova Reitoria (gestão 2012-2016), passando a constituir a Secretaria de Cultura (Secult) (UFSC, [201-g]).

Nesta fase, soma-se ao Programa de Bolsa Cultura, o Programa de Apoio às Ações de Cultura (PROCULTURA), que apoia financeiramente as ações de cultura propostas por servidores docentes ou técnico-administrativos, e que tenham relação com ensino, pesquisa e

extensão. A iniciativa destina-se apenas aos servidores do quadro permanente da universidade no efetivo exercício de suas funções e que sejam coordenadores de projetos de extensão (UFSC, 2014).

Em 2013 é publicado o primeiro Edital Espaço Vivo, que tem por objetivo selecionar propostas para ocupação de espaços públicos administrados pela SeCArte (Prédio da Reitoria, Centro de Cultura e Eventos, Templo Ecumênico e Fortalezas da Ilha) nas áreas de eventos acadêmicos, educacionais, científicos, culturais, artísticos, entre outros, desde que comprovadamente institucionais, gratuitos e de interesse da Instituição (UFSC, 2014).

A Secult manteve a maior parte dos projetos e programas desenvolvidos anteriormente pela SecArte. Contudo, algumas atividades não tiveram novas edições, como o Festival de Música da UFSC que teve sua terceira e última edição em 2012. Dentre os projetos criados, destacam-se (UFSC, 2016a):

- a) Cafés Culturais - este projeto surgiu com o intuito de aprimorar o conhecimento, a troca de experiências e informação entre discentes, servidores e comunidade externa. Seu objetivo é criar encontros entre acadêmicos, escritores, poetas, autores independentes. Possui programação semanal; e,
- b) Quem faz cem anos ou + - englobando diferentes áreas do fazer artístico e cultural. Esta atividade consiste em homenagens feitas a importantes nomes da cultura nacional e internacional que completam cem anos no ano do evento, em uma semana de atividades variadas, entre palestras, espetáculos, exibições de filmes, entre outras.

Historicamente a SeCArte (2012-2016) manteve o apoio e/ou organização dos seguintes eventos (UFSC, 2016a):

- a) Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC (SEPEX), evento que ocorre anualmente há 16 anos;
- b) Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), com mostra de filmes produzidos no Brasil e outros países do Mercosul, e já está em sua 20ª edição;
- c) Mostra de Cinema Infantil de Florianópolis, projeto que conta com a colaboração da UFSC e outras entidades governamentais. Está na sua 15ª edição;

- d) Floripa Teatro – Festival Isnard Azevedo, realizado pela Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, com apoio da UFSC. Já teve 22 edições; e,
- e) Festival Internacional de Teatro de Animação de Florianópolis (FITA FLORIPA), evento apoiado pela UFSC e outras instituições públicas federais e estaduais. Está na sua 10ª edição.

Estes são eventos já consolidados em Florianópolis e região, sendo alguns também expandidos para os outros *campi* da UFSC, fortalecendo as parcerias e programas desenvolvidos. Além destes a SeCArte também apoia a Recepção aos Calouros, em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) (UFSC, 2016a).

Outra ação da SecArte é a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da UFSC, tanto material quanto imaterial. O Projeto Fortalezas da Ilha, o Núcleo de Estudos Açorianos e o DAC são unidades da SecArte com papel central neste cenário (UFSC, 2014).

Como planejamento das ações de cultura para os próximos anos, o PDI 2015-2019 (UFSC, 2015, p. 44) estabelece que,

A UFSC tem como objetivo central de sua política para a dimensão cultural a criação de um ambiente que potencialize a vivência e a produção de arte e de cultura, ampliando a formação profissional dos alunos, promovendo a participação de toda a comunidade universitária em projetos artístico-culturais, bem como incentivando a integração da comunidade com a sociedade em ambiente de respeito e fomento da coexistência de construções identitárias pluriculturais e tolerantes.

No referido documento (UFSC, 2015, p. 45) foram definidas as metas para a Política de Cultura Institucional:

- Ampliar o ambiente cultural e esportivo da UFSC [...];
- Promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais e esportivas; e,

- Ampliar as ações da UFSC como um centro de integração, valorização e difusão das artes, da cultura e do esporte.

Convém ressaltar que, no PDI 2015-2019 (UFSC, 2015), uma das metas da SeCArte é a integração cultural com os demais *campi* da UFSC (Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville). Isto posto, foi criada a Assessoria para Integração Cultural entre os *campi*, no intuito de dotá-los dos recursos culturais existentes na sede e de manter intercâmbio de experiências culturais entre os *campi* (UFSC, 2015).

Neste contexto, a SeCArte vem desenvolvendo suas atividades, como parte de uma Política Institucional de Cultura, e neste processo, o Projeto 12:30 foi se constituindo como parte desta política, tendo suas diretrizes pautadas pela Secretaria. Evidencia-se, no entanto, a complexidade do processo de gestão da Universidade, e também de sua Política Institucional de Cultura. Neste sentido, a Universidade é considerada aqui, neste Estudo, não como uma organização e sim como uma instituição, indo ao encontro com o disposto por Chauí (2003).

A universidade concebida como uma instituição social (CHAUÍ, 2003), deve considerar a cultura como um aspecto da prática social humana, uma construção histórica (BAUMAN, 2012), que se constitucionaliza em uma realidade concreta, ou seja, por meio de sua Política Institucional de Cultura.

Neste sentido, e buscando uma melhor compreensão do processo de gestão da Política Institucional de Cultura, faz-se necessário conhecer as diretrizes da Política Pública de Cultura, que pode refletir direta ou indiretamente neste processo.



## 4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

Não se pode falar da Política Pública de Cultura sem fazer referência, primeiramente, à noção de Política Pública, no seu sentido mais amplo, entendendo o Estado como responsável por regulamentar, fomentar e desenvolver muitas das atividades humanas em sociedade, dentre elas a cultura (HEIDEMANN, 2010).

Para que de fato se concretize o desenvolvimento de uma sociedade, são necessárias medidas político-administrativas que abarquem todas as dimensões daquela. São “[...] decisões formuladas e implementadas por governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado [...]” (HEIDEMANN, 2010, p. 28).

Estas decisões e ações dos governos e demais atores sociais formam as chamadas políticas públicas, ou seja, vai além de uma política governamental e engloba outros setores da sociedade (empresas, Organizações Não Governamentais (ONG), pessoas físicas, entre outros). O ciclo das políticas públicas compreende basicamente quatro etapas: a primeira das decisões políticas que irão resolver problemas previamente estudados, posteriormente, após a formulação das políticas, vem a fase da implementação destas; na terceira etapa deve-se verificar se a política implementada satisfaz a sua demanda; e por último, deve ser feita a avaliação da política, com vistas a sua continuidade, reformulação ou mesmo descontinuidade (HEIDEMANN, 2010).

Cresce então o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade, e a ação política dos governos se expressou de duas formas:

- (1) Como ação reguladora, pela criação de leis que imprimiam direcionamentos específicos de ordem política às iniciativas econômicas; e,
- (2) pela participação direta do Estado na economia, com função empresarial, como, por exemplo, na criação e na administração de empresas estatais. É então que aparecem as assim chamadas políticas governamentais, mais tarde melhor entendidas como políticas públicas (HEIDEMANN, 2010, p. 25).

No início do Século XX o Brasil passa a ter uma preocupação maior com as políticas públicas, particularmente na década de 30. Neste período foram criadas as leis trabalhistas, durante o governo de Getúlio

Vargas (1930/1945), bem como a cultura também teve suas primeiras políticas (RUBIM, 2007).

A Constituição de 1934 traz um capítulo específico sobre a cultura, no qual destaca que o Estado seria responsável por “favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País [...]” (BRASIL, 1934, Art. 148). E desta forma, ainda que a cultura esteja diretamente ligada à educação, o Estado dá seus primeiros passos na institucionalização das políticas culturais.

Rubim (2007) destaca dois acontecimentos marcantes do início das políticas culturais brasileiras, ainda na década de 30: a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1935-1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde (1934), com Gustavo Capanema, à frente deste Ministério. A experiência de Mário de Andrade na Prefeitura de São Paulo teve repercussão nacional, pois inovou ao estabelecer uma intervenção estatal na área da cultura, pensando-a como algo vital ao cidadão brasileiro.

Esta experiência foi revolucionária para o contexto da época, apesar de algumas críticas, sendo considerado por Barbalho (2007), Castanho (1987) e Rubim (2007) o marco inicial das políticas culturais no Brasil. Neste período inúmeras instituições foram criadas: a Superintendência de Educação Musical e Artística (1936), Serviço Nacional de Teatro (1937), Instituto Nacional do Livro (1937), entre outros (RUBIM, 2007).

No âmbito internacional o fato que marca a institucionalização do campo da cultura foi a criação do Ministério de Assuntos Culturais da França, em 1959. As ações deste Ministério tornaram-se referência para diversos países ocidentais (CALABRE, 2007). Por outro lado, as políticas culturais no Brasil são marcadas, desde o início, por um forte viés classista, elitista, além de uma tradição que, segundo Rubim (2007), se consolidou no País: a relação entre governos autoritários e políticas culturais.

No período democrático que sucede a Era Vargas (1930-1945), de 1945 a 1964, as políticas culturais no Brasil ainda são insípidas. O destaque está em outros acontecimentos históricos, como a instituição do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)<sup>6</sup> em 1955, e a expansão das universidades públicas federais (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007).

---

<sup>6</sup> O ISEB foi criado com o objetivo de estudar, analisar e compreender criticamente a realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos

De acordo com Fávero (2006), é a partir da década de 50, quando acelera o ritmo de desenvolvimento no País provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico que várias transformações ocorrem, tanto no campo econômico quanto no sociocultural. Ainda assim, a cultura, da maneira como estava estruturada, dentro do Ministério da Educação e Cultura, não deu grandes passos (CALABRE, 2007).

Calabre (2007) ressalta que nesta fase o desenvolvimento cultural se deu prioritariamente na área privada e o Estado não promoveu ações diretas que tivessem grande impacto. Já para Rubim (2007), embora a criação do ISEB não tenha influenciado diretamente nas políticas culturais, teve algum impacto na área, contribuindo na criação de um ideário nacional-desenvolvimentista no Brasil, ao realizar pesquisas sobre a realidade brasileira.

Com o Golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares no Brasil, novamente autoritarismo e políticas culturais estão associados (RUBIM, 2007). Mas apesar de toda repressão e censura, florescem os movimentos culturais e políticos contra a ditadura. Segundo Bemvenuti (2006), crescem também os movimentos estudantis, principalmente em defesa das classes populares. Não tarda muito para que o Governo Militar (1964/1985) busque o controle da cultura no País, com uma série de iniciativas nas telecomunicações, no controle da mídia, com violência, repressão e censura.

Neste período houve a retomada da institucionalização da cultura, na tentativa de elaborar uma efetiva política cultural. Foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República. Todavia, ainda que tenham sido apresentados planos de cultura pelo Conselho (1968, 1969 e 1973) nenhum foi efetivamente posto em prática e durante muito tempo a estrutura do MEC esteve muito mais a disposição da área educacional do que cultural (CALABRE, 2007).

Em 1968 se dá a Reforma Universitária de 68 (BRASIL, 1968). Nela, a extensão integrou o tripé básico das atividades essenciais da universidade, junto com ensino e pesquisa. Importante destacar que, dentro da área de extensão, englobam-se as ações artísticas, culturais e desportivas.

Durante o Governo Geisel (1974/1978) ocorreram algumas mudanças que causaram fortalecimento da área cultural no País. Criou-

---

teóricos que permitissem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 1955).

se uma série de órgãos estatais que faziam parte das metas do Primeiro Plano Nacional de Cultura: o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDAs); o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE); a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) (CALABRE, 2007).

Castanho (1987) destaca que o Primeiro Plano Nacional de Cultura, denominado à época de Política Nacional de Cultura (BRASIL, 1975) foi aprovado em 1975, em um período otimista para o País devido ao milagre econômico<sup>7</sup>. Desta forma, o Plano (BRASIL, 1975) tentou conciliar os interesses dos intelectuais tradicionais, mais interessados na memória cultural do País, e dos intelectuais modernos, que desejavam um mercado para a cultura. Assim, foram definidos como objetivos para a Política Pública de Cultura, além de preservar o patrimônio cultural brasileiro e apoiar a produção artística, difundir a cultura nos meios de comunicação de massa (REIS, 2016).

No final da década de 70, com a constituição da Secretaria de Assuntos Culturais no MEC, houve uma mudança no foco de atuação, passando a ter duas vertentes: patrimonial e de produção, circulação e consumo de cultura. Neste período foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que resultou na Fundação Pró-Memória e do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural (IPHAN) (CALABRE, 2007).

A autora ainda destaca que o processo de institucionalização da cultura não ocorreu apenas em nível federal na década de 70, pois, nesse período, o número de secretarias e conselhos de cultura nos estados e municípios cresceu. Em 1976 ocorreu o primeiro encontro de Secretarias Estaduais de Cultura, que deu origem a um fórum de discussão, e este por sua vez “[...] contribuiu para reforçar a ideia da criação de um ministério independente” (CALABRE, 2007, p. 93).

Neste contexto, com o fim da ditadura e reabertura democrática, há um novo projeto de país, onde cultura e educação passam por momentos de redefinições (CASTANHO, 1987). Nasce o Ministério da Cultura (MinC) em 1985, porém, o momento era de instabilidade. Uma das dificuldades enfrentadas à época era a falta de recursos financeiros

---

<sup>7</sup> O período que vai de 1968 a 1973 é conhecido como milagre econômico brasileiro, devido às altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de cerca de 11,1% ao ano (a.a.). Outra característica notável é que o rápido crescimento veio acompanhado de uma inflação relativamente baixa para os padrões brasileiros, e que seguia decrescendo, além de superávits no balanço de pagamentos (VELOSO; VILLELA; GIAMBAGI, 2008).

para a cultura, então, com o objetivo de sanar este problema, foi promulgada a Lei nº 7.505/1986, também conhecida como Lei Sarney (BRASIL, 1986). Esta foi a primeira lei brasileira de incentivos fiscais para financiar a cultura, ou seja, ao invés do financiamento direto da cultura pelo Estado, os recursos deveriam ser buscados no mercado, sendo que boa parte deste recurso era público, por meio do mecanismo de renúncia fiscal<sup>8</sup>.

A mencionada lei determinava que (BRASIL, 1986, Art. 1º),

O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta, ou deduzir com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos inclusive despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição (BRASIL, 1988), a cultura passa a ser dever do Estado, este compreendido como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Em 1991 a Lei Sarney (BRASIL, 1986) foi extinta e em seu lugar foi sancionada a Lei nº 8.313/1991 (BRASIL, 1991), mais comumente chamada de Lei Rouanet<sup>9</sup>, também uma lei de incentivo fiscal.

Por meio da referida Lei (BRASIL, 1991) foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que estabeleceu os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART), Fundo Nacional da Cultura (FNC) e Incentivo Fiscal, como mecanismos de apoio. O primeiro consiste na comunhão de recursos a serem aplicados em projetos culturais e artísticos, de cunho comercial, com participação dos investidores nos eventuais lucros (BRASIL, 2016).

O FNC é um fundo de natureza contábil e tem prazo indeterminado de duração. Funciona sob as formas de apoio a fundo perdido ou de empréstimos reembolsáveis, com prioridade para realização de seleções públicas com comissões representativas,

---

<sup>8</sup> Esta modalidade de investimento privado na cultura é denominada de mecenato. Tal denominação é inspirada na figura dos protetores de arte na época renascentista, que doavam à cultura em função não de incentivos fiscais, mas de prestígio político e social (OLIVIERI, 2004).

<sup>9</sup> A lei recebeu o nome de seu criador, o diplomata e filósofo Sérgio Paulo Rouanet, Secretário de Cultura na época (MORAES, 2016a).

específicas e independentes, habilitadas a avaliar o mérito artístico-cultural das propostas concorrentes. Já o Incentivo Fiscal, também chamado de renúncia fiscal ou mecenato, é uma forma de estimular a iniciativa privada a apoiar o setor cultural. O proponente apresenta uma proposta ou projeto cultural ao Ministério da Cultura e, se for aprovada, fica autorizado a captar recursos junto a pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas com base no lucro real, visando à execução da proposta/projeto (BRASIL, 2016).

Desta forma, a Lei Rouanet (BRASIL, 1991) se caracterizou também por ser nada mais que uma lei de incentivo fiscal. Por meio dela o Governo abre mão de parte dos impostos que seriam cobrados de empresas ou mesmo pessoas físicas, desde que estas façam algum investimento em ações culturais.

A redemocratização do Brasil não significou o estabelecimento de uma política cultural e seu fortalecimento institucional no Governo Federal (BARBALHO, 2007). Ao contrário, com o avanço das políticas neoliberais<sup>10</sup>, em 1990 a Presidência da República decide desconstituir o Ministério da Cultura transformando-o em uma secretaria. São extintos, ainda, órgãos governamentais de cultura: a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME), o CONCINE e o Instituto Nacional do Livro, e há a fusão de outros, como a FUNARTE, que foi transformada em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC). Posteriormente, em 1992, a situação foi revertida e o Ministério da Cultura foi instituído novamente (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

O Governo Federal, desde a década de 90, dá continuidade à política de incentivo fiscal por meio da Lei Rouanet (BRASIL, 1991). E assim, cada vez mais se utiliza quase que integralmente de recursos

---

<sup>10</sup> O pensamento liberal do final do Século XX, denominado neoliberalismo, reapareceu logo após a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), em contraposição às políticas keynesianas e sociais-democratas, que estavam sendo implementadas nos países centrais. Contudo, a crise global que iniciou com a crise do petróleo em 1973, e a onda inflacionária que se seguiu na década de 80, levando ao declínio do Estado de Bem-Estar Social, associado ao colapso do socialismo real, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989, permitiu uma ampla ofensiva do pensamento liberal, traduzido no projeto neoliberal deste final de século. O neoliberalismo é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se fortemente a qualquer forma de planejamento da economia. Condena toda ação do Estado que limite os mecanismos de mercado, denunciando-as como ameaças à liberdade, não somente econômica, mas também política (RIZZOTTO, 2009).

públicos, ainda que a iniciativa privada tenha o poder de decisão sobre ele. De acordo com Bezerra e Weyne (2013), esta política cultural baseada na lógica neoliberal, com prevalência do investimento privado nesta área, por meio da Lei Rouanet (BRASIL, 1991), traz consigo o declínio do interesse do Estado na formulação de políticas para a identidade e a diversidade cultural nacionais, o que já acontecia em períodos anteriores.

De acordo com Rubim (2007, p. 25)

A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados. [...] Outra vez mais a articulação entre democracia e políticas culturais se mostrava problemática. O Estado parecia persistir em sua ausência no campo cultural [...].

Assim, durante toda a década de 90 e início dos anos 2000 o que ocorre é a efetivação de um ideário neoliberal no Brasil, com retração do Estado em praticamente todas as áreas. Para Barbalho (2007, p. 48), apesar da reativação do MinC, “[...] a visão de Estado mínimo acompanhada pela política de incentivo fiscal reforçam a submissão da cultura à lógica do mercado”.

Segundo Olivieri (2004), as teorias neoliberais tendem a desqualificar o papel do Estado na gestão da sociedade, inclusive na área cultural, transferindo para o mercado todos os investimentos e atividades, com a premissa de que a empresa privada age melhor que o Estado. É a ideia de Estado mínimo. No entanto, o mercado acaba viabilizando, mesmo que com mais eficiência, apenas parte das manifestações culturais: aquelas que geram lucro.

O papel do Estado como garantidor dos diversos tipos de produção deve então ser discutido e delimitado. E, principalmente, a forma como será procedida a distribuição das verbas deve ser analisada, de modo a evitar o clientelismo ou o desvio. Para atender à diversidade de produção e de demanda o Estado deverá alternar entre os

papéis de facilitador, mecenas e arquiteto<sup>11</sup>, utilizando-se das peculiaridades e possibilidades de cada um destes papéis para atingir os objetivos da política cultural que se pretende implantar (OLIVIERI, 2004, p. 58).

Ainda na década de 90, no âmbito universitário, foi aprovado o Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 1998), que postulava a extensão universitária como atividade imprescindível à formação do profissional e cidadão, situando-o histórica e culturalmente, referenciando sua formação técnica. A extensão se configurou como um espaço de produção do conhecimento importante na superação das desigualdades sociais. Desta forma, em fins da década de 90, a atividade de extensão universitária já havia se consolidado, estando assegurada pela legislação federal e incorporada ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). A Política Pública de Cultura, no entanto, continuou atrelada às leis de incentivo fiscais, com diminuição do poder do Estado e incremento da intervenção do mercado neste setor (REIS, 2016).

Neste sentido, nos anos 2000, para Silva e Dutra (2012), pouco se alterou no quadro da política cultural do Brasil, que continuou sendo gestada por meio de leis de incentivo fiscais, somando-se, ainda, outra prática: a de editais. Segundo os autores (2012, p. 06), a Política Pública de Cultura materializada por meio de editais a situa “[...] à perspectiva do mecenato, e aquele posicionamento atribuiu ao Estado a função de área meio, fazendo dele um facilitador”, ademais, as áreas meio “[...] são tratadas como uma variável da ação do Estado que carecem de controles rígidos”.

Contudo, há que se considerar o caráter de transparência e igualdade de condições que tal prática proporciona, tendo em vista a permanente escassez de recurso com que a área da cultura historicamente sempre teve que lidar. De acordo com Salgado, Pedra e

---

<sup>11</sup> Os papéis do Estado no apoio à cultura são descritos por Olivieri (2004): 1) facilitador – quando permite a criação de política fiscal e de outros fundos de incentivo para a produção artística; 2) mecenas – o Estado apoia indiretamente as artes por meio de subsídios e compra de artes; 3) arquiteto – neste caso o Estado assume um papel mais diretamente envolvido com o apoio às artes, controlando instituições culturais, a produção artística e disponibilizando burocratas na área; 4) engenheiro – aqui o Estado possui todos os meios de produção, com uma política cultural articulada e regras rígidas sobre o que pode ser exposto. Este modelo é adotado nos regimes totalitários.

Caldas (2010), esta política de editais foi criada pelo Governo Federal no intuito de estimular segmentos culturais elencados como prioritários pela sua política cultural, isso nas esferas federal, estadual e municipal. Desta forma, os projetos culturais priorizados deveriam ser da área de cultura afro-brasileira, identidade e diversidade, economia criativa, patrimônio imaterial, educação e cultura, intercâmbios culturais com países da América do Sul e Lusófonos, projetos culturais em comunidades indígenas, e outros (SALGADO; PEDRA; CALDAS, 2010).

Rubim (2010) ratifica o exposto por Silva e Dutra (2012), quando afirma que não houve mudanças substanciais na forma de financiamento da cultura no País, a qual continua sendo majoritariamente por meio de leis de incentivo fiscais. Por outro lado, o autor (2010, p. 13) destaca uma atitude do Estado que se formou em conexão com a sociedade, em relação à cultura. Por meio do diálogo com a sociedade foi possível quebrar com a tradição do autoritarismo, e assim, “o desafio de formular e implantar políticas culturais em circunstâncias democráticas foi colocado na agenda do Ministério”.

Então, a partir de 2003, inúmeras conferências estaduais e municipais de cultura foram realizadas, o que culminou com a I Conferência Nacional de Cultura em 2005. Também em 2005 foi incluído o parágrafo 3º no Artigo 215 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que instituía o Plano Nacional de Cultura (PNC) (BRASIL, 2010), numa tentativa de institucionalizar a cultura no Brasil. Desta forma, a sociedade brasileira teve a oportunidade de participar das discussões e influir nas decisões e, juntamente com o Estado, construir as políticas públicas de cultura (RUBIM, 2010).

É salutar lembrar ainda que, também em 2003, o Brasil se tornou referência mundial devido à instituição da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MinC), responsável pelo fomento de políticas para a diversidade cultural brasileira, o que foi considerada uma experiência inédita no mundo. Por meio desta Secretaria, o MinC desenvolveu uma série de ações destinadas aos grupos e redes que formam a diversidade cultural do Brasil (BEZERRA; WEYNE, 2013).

Neste contexto, o Estado adotou uma concepção antropológica de cultura e o âmbito de atuação do MinC deixou de ser restrito ao patrimônio (material) e às artes (reconhecidas), expandindo suas fronteiras para as culturas populares, afro-brasileiras, de gênero, indígenas, de orientação sexual, das redes e tecnologias digitais, das periferias e outras. Exemplos desta expansão são ações como o Projeto Revelando os Brasis, que consiste na formação e inclusão audiovisuais

de moradores de pequenos municípios, o Projeto DOC-TV, que atua na produção de documentários em todo o País, por meio de parceria entre o MinC e a rede pública de televisão, o apoio às paradas e à cultura gay, entre outras manifestações (RUBIM, 2010).

A materialização deste novo olhar sobre a cultura se deu pela criação e implantação do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010). De acordo com Reis (2010), o PNC teve seu projeto apresentado na Câmara dos Deputados ainda no ano 2000, por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Em 2005 foi aprovada a PEC, posteriormente transformada em Emenda Constitucional (EC) nº 48 (BRASIL, 2005, Art. 215):

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II produção, promoção e difusão de bens culturais;

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV democratização do acesso aos bens de cultura;

e,

V valorização da diversidade étnica e regional.

Assim, em 2010 o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010) tornou-se uma realidade. Tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020), voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira (BRASIL, 2014). “O Plano baseia-se em três dimensões de cultura que se complementam: a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania; a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico” (BRASIL, [201-b], s/p).

Para Rubim (2010), outros dois movimentos assumem lugar central na formatação das políticas públicas de cultura no Brasil, juntamente com o PNC (BRASIL, 2010): o Sistema Nacional de Cultura

(SNC) e a aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional que determinava a destinação de recursos públicos para a área da cultura.

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, [201-c], Art. 216-A).

O Sistema Nacional de Cultura rege-se pelos seguintes princípios (BRASIL, [201-c], Art. 216-A §1º):

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; e,
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Para Bezerra e Weyne (2013, p. 08),

A cultura passou a ser entendida como importante instrumento de inclusão social, cidadania e desenvolvimento. A ênfase saía do mercado, que até então prevalecia na política cultural brasileira, para o social, com programas e ações direcionados a todos os cantos e recantos do Brasil.

Neste sentido, Rubim (2010) ressalta que houve a retomada do papel ativo do Estado nas políticas culturais do Brasil, a partir do segundo milênio, em uma perspectiva inclusiva e plural de política cultural. Para o autor (2010), esta perspectiva significou o abandono da visão elitista e discriminadora de cultura, e o contraponto ao autoritarismo estrutural impregnado em nossa história cultural. Contudo, vale a pena ressaltar que o MinC tem suas limitações (organizacionais, financeiras, entre outras), considerando esta nova visão da cultura como tão ampla e transversal. Por isso, há a necessidade de “[...] uma reflexão teórico-conceitual e ao mesmo tempo política acerca da noção e do campo de atuação do Ministério” (RUBIM, 2010, p. 15).

Para o autor (2015) houve, nos últimos anos, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade das ações implementadas. O PNC, por exemplo, foi retrabalhado, tornando mais viável sua efetiva implantação. Já em relação ao SNC, a escassez de recursos pode prejudicar seu funcionamento (RUBIM, 2015).

No caso das universidades, uma ação voltada pra este setor, no processo histórico da Política Pública de Cultura, foi o Programa Mais Cultura nas Universidades. Este Programa foi uma ação conjunta do Ministério da Cultura (MinC) e do Ministério da Educação (MEC), que teve por finalidade desenvolver e fortalecer a formação cidadã no âmbito das artes e da cultura no País, com ênfase na inclusão social, no respeito e no reconhecimento da diversidade cultural e era destinado às Universidades Federais e Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica (BRASIL, 2013).

Em 2016, a área da cultura sofre algumas mudanças, quando o Governo Federal, como uma das medidas para conter a crise econômica brasileira, decide destituir o MinC, fundindo a cultura com a educação, novamente tirando a sua estrutura de um ministério e transformando-a em uma secretaria, a exemplo do ocorrido no início dos anos 90. Em termos gerais, a cultura nunca foi uma prioridade na administração pública brasileira, mas a instituição do MinC em 1985 proporcionou o surgimento de uma agenda pública autônoma para a cultura no País (MORAES, 2016b), por isso, destituí-lo foi um retrocesso.

Por fim, ao falar de Política Pública de Cultura faz-se necessário conhecer a concepção de cultura sob ela adjacente. Pois, a Política Pública de Cultura se desenvolve também com os pressupostos de uma concepção de cultura, porque esta é, essencialmente, produto e produtora da ação humana, um fato social, dinâmica e histórica (BAUMAN, 2012; CARVALHO, 2001; SANTOS, 1987).

A palavra cultura, com origem no latim tem como significados mais correntes lavoura, cultivo agrícola. Sua raiz latina é *colere*, que pode significar cultivar, adorar proteger, habitar. Assim, “a natureza produz cultura que transforma a natureza” (EAGLETON, 2011, p. 12).

Isto posto, Santos (1987, p. 07) destaca: “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. No entanto, considerar cada cultura em particular não exclui a necessidade de se considerar as relações entre as diferentes culturas.

Já Bauman (2012) traz a conceitualização de cultura subdividida em diferentes categorias. A primeira, ao nível hierárquico, traz a cultura como um objetivo maior a ser alcançado, um ideal de ser humano e de sociedade desenvolvida, culta. Desta forma, a cultura é vista como parte separável do ser humano, herdada ou adquirida.

As concepções diferenciais de cultura “são aspectos da prática social humana” (BAUMAN, 2012, p. 105). Seu pressuposto mais importante é a ideia de que o ser humano não é determinado apenas pelas suas características inatas. A cultura é atividade humana em ação contra a natureza imóvel, e desta forma, opera mudanças também na natureza e no próprio ser humano.

Sob uma diferente perspectiva, Williams (1992, p. 11), menciona que, de maneira geral, desenvolveu-se fortemente um sentido de cultura como cultivo ativo da mente. Assim como Bauman (2012), o autor (WILLIAMS, 1992) estabelece que a concepção de cultura abrange uma gama de significados, sendo mais comum: 1) a cultura como um estado mental mais desenvolvido (próprio de pessoas cultas); 2) processos desse desenvolvimento mental, (interesses, atividades culturais); 3) os meios desse processo, ou seja, a cultura considerada como sendo as artes. Este último é considerado o mais usual, embora todos sejam recorrentes. Coexiste com o uso antropológico e sociológico do termo para indicar um modo de vida de determinado povo ou grupo social.

Neste sentido, durante muito tempo acreditou-se que a cultura tinha um papel doutrinador, educativo. As ideias iluministas presente no Século XVIII faziam crer que havia uma missão para a cultura, uma tentativa de educar as massas e refinar seus costumes, melhorando a

sociedade. Com as grandes colonizações esse ideal de cultura se espalhou pelo mundo e, desta forma, cabia então, aos países colonizadores, ao homem branco salvar o restante da humanidade (BAUMAN, 2013).

Por outro lado, a relação com a cultura mudou no último século, na era que Bauman (2013) chama de modernidade líquida. A cultura teria perdido seu *status* e sua função de reprodução do sistema, da manutenção de seu equilíbrio, tornando-se apenas um produto para consumo.

[...] a cultura perdeu a função de servir de uma hierarquia social que se reproduz a si mesma. Uma a uma as tarefas de que a cultura até então se incumbia deixaram de ter importância. Elas foram abandonadas ou passaram a ser realizadas de outras maneiras e com ferramentas diversas (BAUMAN, 2013, p. 16).

Assim, se antes a cultura era vista como doutrinadora ou mantenedora de um *status quo*, tendo uma função social coletiva, agora ela passa a atender apenas aos interesses dos indivíduos. Está modelada para se ajustar à liberdade individual (BAUMAN, 2013).

Neste sentido, a concepção da cultura contemporânea de Bauman (2013) vai ao encontro do disposto por Silva e Dutra (2012), quando tratam da Política Pública de Cultura no Brasil. Para estes autores (2012), o que existe é mais uma economia da cultura, por meio da produção e venda de mercadorias culturais.

De toda maneira, a cultura é produto da sociedade, mas também ajuda a produzi-la. Ainda assim, não podemos falar em cultura desconsiderando as relações de poder dentro de uma sociedade ou entre sociedades. Ela é uma produção coletiva, mas que na sociedade de classes, seu controle e benefícios não pertencem a todos, pois convivemos com profundas desigualdades sociais (SANTOS, 1987).

Em suma, não há um consenso quando se fala de cultura e sua concepção pode estar relacionada a diferentes dimensões do fazer humano. Nesta pesquisa, parto do pressuposto de que a cultura é um aspecto da prática social humana. É atividade humana em ação contra a natureza, assim, operando mudanças também na natureza e no próprio ser humano. Ela é uma construção histórica, resultado de um processo humano coletivo, específico de cada contexto sociopolítico (BAUMAN, 2012; CARVALHO, 2001; WILLIAMS, 1992).

Portanto, a cultura não pode ser considerada como independente da vida social ou da realidade em que se manifesta (CARVALHO, 2001). As diferentes concepções de cultura, o modo como a sociedade atual se relaciona com ela, são reflexos e ao mesmo tempo produtoras da Política Pública de Cultura. Pensar a cultura como uma dimensão isolada do saber humano, separada do processo produtivo é um lapso que necessita ser suplantado também no processo da gestão. Faz-se necessário, ainda, um maior alinhamento da Política Pública de Cultura com as universidades e seus respectivos planos e ações de cultura, no intuito de fortalecer a inter-relação entre universidade e sociedade.



## 5 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresento o caminho metodológico percorrido nesta pesquisa, delimitando o tipo e natureza do estudo, sujeitos de pesquisa, bem como o instrumento de coleta e método de análise de informações coletadas.

### 5.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Inicialmente realizei pesquisa documental e bibliográfica, no intuito de delimitar e compreender a problemática investigada, qual seja, como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura da UFSC, na visão de seus gestores. Ademais, a pesquisa bibliográfica é necessária para qualquer trabalho acadêmico, e a pesquisa documental é útil na descrição e comparação de usos, costumes, tendências, diferenças, entre outros (CERVO; BERVIAN, 1996; SANTOS, 2012).

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 48).

Este estudo é de abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa busca dar significado aos fatos observados, o pesquisador se propõe a participar, a compreender e a interpretar as informações que ele seleciona, obtidas a partir de sua pesquisa. Para Triviños (1987, p. 128), “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave”. Assim, a pesquisa qualitativa não almeja fazer generalizações dos resultados que atinge, apenas pretende obter generalidades, tendências e ideias predominantes, que aparecem entre os participantes da pesquisa (TRIVIÑOS, 2001).

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. [...] os

pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas [...] os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens [...] (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 31).

A escolha por esta abordagem se justifica tendo em vista o objetivo definido para este estudo, que tem como foco o olhar dos gestores da UFSC atuantes, direta ou indiretamente, na formulação e implementação da Política Institucional de Cultura. Tal escolha traz à tona, também, a subjetividade destes sujeitos e a sua percepção dos fatos concernentes ao processo histórico do Projeto 12:30 frente à esta Política e desta em relação à Política Pública de Cultura.

Quanto aos fins, esta pesquisa é considerada descritiva. Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 49) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.” Ainda de acordo com estes autores (1996), este tipo de pesquisa se desenvolve frequentemente nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, abordando problemas que merecem ser estudados e que não constam em registro de documentos. Seus dados ocorrem no ambiente natural, precisando ser coletados e registrados para seu posterior estudo.

Para Cervo; Bervian; Silva (2007, p. 32):

[...] a descrição constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou. Em outras palavras, a descrição deve ser suficientemente precisa para que o interlocutor ou o leitor seja capaz de visualizar exatamente aquilo que o pesquisador observou.

Em que pese o fato de este ser um Mestrado Profissional, tornando esta pesquisa também como aplicada, sua característica primeira é ser um estudo descritivo, pois não tem a intenção de provar, mas de descrever os dados da realidade investigada, ou seja, a visão dos gestores da UFSC acerca da constituição do Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, e assim trazer reflexões sobre este fenômeno. Com base nestas informações é que se propõem, então, ações no intuito de contribuir com a gestão universitária no que diz respeito à área da cultura.

Como estratégia de pesquisa, o estudo de caso demonstra ser o caminho mais adequado, pois nesta modalidade de pesquisa, seu objeto é uma unidade que se analisa profundamente, com a intenção de obter um amplo conhecimento e com riqueza de detalhes sobre o fenômeno estudado. Por exemplo, um indivíduo, uma família, um grupo ou organização (CERVO; BERVIAN, 1996; SANTOS, 2012; TRIVIÑOS, 1987).

Tendo em vista que o fenômeno a ser investigado se trata de um projeto vinculado a uma instituição específica, justifica-se, assim, a opção pelo estudo de caso como procedimento metodológico.

O estudo, inicialmente, se consistiu de pesquisa bibliográfica e documental, baseada em materiais específicos que fundamentassem a investigação. Foram pesquisados livros, artigos científicos, teses e dissertações, legislações normativas, entre outros, que tivessem correlação com o fenômeno estudado.

Em relação ao instrumento de coleta de informações, optei pela entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada inicia com um número determinado de perguntas, com um roteiro traçado, no entanto, pode ser enriquecido com novas perguntas e respostas (TRIVIÑOS, 2001). Assim, o pesquisador tem mais flexibilidade na condução da entrevista, o que enriquece a pesquisa, fornecendo uma maior compreensão do fenômeno estudado. Vide Apêndice B – Instrumento de Coleta de Informações.

## 5.2 SUJEITOS DE PESQUISA

Em um estudo qualitativo a amostra, os sujeitos participantes da pesquisa, não precisa necessariamente ser delimitada com exatidão, pois, de acordo com Triviños (1987), neste tipo de abordagem ela serve apenas como uma referência. O pesquisador tem certa liberdade para definir a amostra, pois busca compreender profundamente o fenômeno e não fazer generalizações.

Inicialmente a população deste estudo se constitui por gestores da UFSC, tendo em vista que busquei compreender como se constitui o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, na visão de seus gestores. No entanto, fez-se necessário uma delimitação, e assim, defini como potenciais sujeitos de pesquisa, os gestores responsáveis por conduzir a política e as ações de cultura na UFSC, desde o ano de 2008, quando da instituição da Secretaria de Cultura e Arte. A escolha deste recorte temporal se deu pelo fato de ter sido um momento marcante para a cultura na Instituição, quando passou

a ser gestada de maneira autônoma, com pessoal e recursos próprios, independente da área de extensão. Vide Quadro 02 – Potenciais Sujeitos da Pesquisa.

Quadro 02 – Potenciais Sujeitos da Pesquisa

<b>SUJEITOS</b>	<b>GESTÃO/ANO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Reitor (a) da UFSC	2008-2012	01
	2012-2016	01
	2016-2020	01
Secretário (a) de Cultura	2008-2012	01*
	2012-2016	03
	2016-2020	01*
Coordenador (a) do DAC	2008-2012	01**
	2012-2016	01
	2016-2020	01**
Coordenador (a) do Projeto 12:30	2008-2012	01
	2012-2016	
	2016-2020	
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	

\* Mesmo sujeito

\*\* Mesmo sujeito;

Fonte: Elaborado pela Autora.

A escolha destes sujeitos se deu pela sua atuação (direta ou indireta) na Política Institucional de Cultura, bem como no Projeto 12:30, dentro do recorte temporal estabelecido. Para melhor justificar esta escolha, descrevo as atribuições dos cargos exercidos pelos referidos sujeitos na UFSC:

- f) Reitor (a) da UFSC: que tem como atribuição, além de outras, representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades (UFSC, 1978);
- g) Secretário (a) de Cultura: entre outras atribuições, deve promover e apoiar as políticas institucionais de cultura; coordenar as ações da Universidade de fomento à cultura (UFSC, [201-e]);
- h) Coordenador (a) do DAC: são suas atribuições promover e apoiar políticas institucionais de arte; coordenar a execução das ações de fomento à arte; acompanhar o desenvolvimento e a

execução de projetos e realizar sua posterior avaliação, entre outras (UFSC, [201-e]); e,

- i) Coordenador (a) do Projeto 12:30: suas atribuições compreendem planejar as ações do Projeto; elaborar e divulgar a programação; acompanhar as atividades realizadas; e, elaborar relatórios (WERNER, 2016).

E ainda, os sujeitos de pesquisa foram delimitados levando em consideração o *Campus* Trindade da UFSC, em Florianópolis, pois é neste local que, majoritariamente, as atividades do Projeto 12:30 são desenvolvidas e também onde está localizada a Secretaria de Cultura e Arte.

Outrossim, destaco que destes 10 (dez) potenciais sujeitos de pesquisa, participaram efetivamente da pesquisa 05 (cinco) sujeitos. Tal fato se justifica pela indisponibilidade dos outros em conceder a entrevista: um dos gestores se encontra fora do país, retornando apenas em agosto de 2017; outro está exercendo cargo público em Brasília; outro sujeito de pesquisa está de licença médica, conforme resposta enviada via e-mail sobre o pedido de entrevista; outro gestor não quis participar da pesquisa; e, um último que não retornou as tentativas de contato.

Diante do exposto, em um período de 12 dias foram realizadas as entrevistas, no período compreendido entre o dia 10 a 22 de março de 2017. E assim, finalizei esta etapa da pesquisa com 5 (cinco) gestores entrevistados. Vide Quadro 03 – Sujeitos Participantes da Pesquisa.

Quadro 3 - Sujeitos Participantes da Pesquisa

<b>SUJEITOS (Gestões 2008/2012, 2012/2016 e 2016/2020)</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Reitor (a) da UFSC	01
Secretário (a) de Cultura	01
Coordenador (a) do DAC	02
Coordenador (a) do Projeto 12:30	01
<b>TOTAL DE SUJEITOS ENTREVISTADOS</b>	<b>05</b>

Fonte: Elaborado pela Autora.

Na pesquisa qualitativa a definição da amostra, ou seja, dos sujeitos participantes da pesquisa serve apenas com um referencial e não há uma preocupação efetiva em quantificá-la. Os sujeitos de pesquisa são definidos com base em uma série de condições consideradas essenciais pelo pesquisador para esclarecer o fato estudado, e não pela aleatoriedade (TRIVIÑOS, 1987). Neste contexto, de acordo com os critérios estabelecidos para esta Investigação e pela disponibilidade dos potenciais sujeitos da pesquisa, cinco (05) dos dez (10) sujeitos puderam ser entrevistados, considerando, ainda, o tempo para a realização da coleta de informações.

As entrevistas foram agendadas com os respectivos gestores, de acordo com a sua disponibilidade, por contato via e-mail ou telefone. Para a realização da entrevista entreguei a cada sujeito de pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Vide Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Neste termo, os sujeitos tiveram uma contextualização geral da Pesquisa e demais esclarecimentos sobre sua participação. Na sequência realizei cada entrevista utilizando um gravador, o que foi consentido pelos sujeitos por meio do referido termo.

Durante as entrevistas já foi possível captar algumas informações importantes para este Estudo, e que serviram como pontos de destaque no desenvolvimento do processo de análise. Igualmente, a experiência destes gestores na Instituição trouxe informações valiosas que contribuíram essencialmente para o resultado final da Pesquisa realizada.

### 5.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Na pesquisa qualitativa a entrevista semiestruturada é uma das técnicas mais utilizadas, desta forma, “não estabelece separações marcadas entre a coleta de informações e a interpretação das mesmas”. Contudo, para que os resultados tenham valor científico existem algumas condições básicas: “a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação, por um lado”, constituindo “aspectos do critério interno da verdade”, e a intersubjetividade como critério externo, por outro (TRIVIÑOS, 1987, p. 170).

Desta forma, além da pesquisa bibliográfica e documental, utilizei como técnica de coleta de informações a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada inicia com um número determinado de perguntas, com um roteiro traçado, no entanto, pode ser enriquecido com novas perguntas e respostas (TRIVIÑOS, 2001).

Assim, o pesquisador tem mais flexibilidade na condução da entrevista, o que enriquece a pesquisa, fornecendo uma maior compreensão do fenômeno estudado.

Para a realização da entrevista semiestruturada é necessário definir quais são as categorias de análise e seus conteúdos base. Estes irão orientar na formulação das questões a serem respondidas pelos sujeitos da pesquisa.

As categorias de análise são laços que unem e consolidam a relação entre teoria e fenômeno de investigação. São graus de conhecimento que refletem as interações com o mundo exterior (CHEPTULIN, 1982). É importante destacar que, na definição da categoria, o pesquisador deve ter como preocupação básica o conteúdo nela inserido. O que diferencia uma categoria da outra é o conteúdo, pois, um mesmo conteúdo não pode aparecer em mais de uma categoria (BÚRIGO, 2003; CHEPTULIN, 1982).

Para a construção do roteiro da entrevista semiestruturada a ser aplicada com os sujeitos da pesquisa foi necessário indicar as categorias de análise e seus conteúdos base. Sendo assim, com base no caminho teórico metodológico percorrido, foram indicadas as categorias de análise para este estudo, bem como seus conteúdos base. Vide Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base.

Quadro 04 - Categorias e Conteúdos Base

<b>CATEGORIAS</b>	<b>CONTEÚDOS BASE</b>
1) Projeto 12:30	a) Processo histórico b) Concepção
2) Política Institucional de Cultura	a) Concepção b) Inter-relação com o Projeto 12:30
3) Política Pública de Cultura	a) Concepção de cultura b) Concepção c) Inter-relação com a Política Institucional de Cultura

Fonte: Elaborado pela Autora

Assim, no roteiro de entrevista, cada grupo de questões se relaciona com sua respectiva categoria, e da mesma forma, cada questão, dentro do grupo de questões da sua categoria, se relaciona com seu respectivo conteúdo base. Vide Apêndice B – Instrumento de Coleta de Informações.

Quanto à análise das informações, foram realizadas por meio da análise de conteúdo. Esta técnica permite ao pesquisador obter informações detalhadas do fenômeno estudado, por meio da análise objetiva das respostas manifestadas pelos entrevistados, sujeitos da pesquisa.

Em termos gerais, de acordo com Bardin (2004, p. 33), a análise de conteúdo se caracteriza como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Neste sentido, a análise de conteúdo mostra ser um bom instrumento de indução para a investigação das causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência, referências no texto) (BARDIN, 2004).

Para Triviños (1987) esta, como outras técnicas de estudo, para que tenha validade, deve estar fortemente embasada em um referencial teórico, com vistas à reflexão sobre a prática investigada. Destaca, ainda, que por meio dela é possível fazer inferências ou levantar premissas, como resultado da análise das informações obtidas. Sendo assim, após a coleta das informações, realizei a análise destes em consonância com o referencial teórico abordado nesta investigação e as categorias previamente elaboradas.

Isto posto, para a análise das informações coletadas nas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes da pesquisa percorri o seguinte caminho:

- 1) Revisão do áudio de cada entrevista realizada;
- 2) Transcrição na íntegra de cada entrevista realizada;
- 3) Leitura e releitura de cada entrevista e marcação dos pontos em destaque das falas dos sujeitos entrevistados na pesquisa; e,
- 4) Análise das informações fornecidas nas entrevistas em associação com a base teórica apresentada, correlacionando as respostas de cada pergunta com as categorias e conteúdos base previamente definidos.

Assim, após percorrer este caminho de definições metodológicas, passo ao capítulo seguinte, onde finalizo esta investigação com a análise das informações coletadas e apresentação dos resultados obtidos diante do processo de desenvolvimento desta pesquisa.

## 6 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Neste capítulo apresento as informações coletadas e minha análise sobre estas, com base no referencial teórico previamente elaborado.

Primeiramente faço uma caracterização dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, para posteriormente passar ao processo da análise da informação fornecida por estes, de acordo com as categorias estabelecidas e no referencial teórico proposto neste Estudo.

### 6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa são gestores administrativos da UFSC no exercício da função dentro do período estabelecido previamente neste estudo, ou seja, de 2008 a 2016. Estes gestores são, ainda, atuantes, de maneira direta ou indireta, no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, bem como do Projeto 12:30, conforme critérios definidos previamente para os sujeitos de pesquisa, vide Capítulo 4 – Caminho Metodológico.

Dentre os 5 (cinco) sujeitos entrevistados, 2 (dois) pertencem ao quadro de servidores docentes efetivos da UFSC, e 3 (três) são servidores técnico-administrativos em educação, sendo 2 (dois) de nível E (Administrador e Diretor de Produção), e 1 (um) de nível D (Assistente em Administração).

Quanto ao tempo em que fazem parte do quadro de pessoal da Instituição, 2 (dois) dos sujeitos ingressaram na UFSC há 32 anos, 1 (um) ingressou há 20 (vinte anos), 1 (um) ingressou há 22 (vinte e dois) anos, e 1 (um) ingressou há 12 (doze) anos.

Em relação ao tempo em que exercem a função de gestor, 2 (dois) atuam (ou já atuaram) há 8 (oito) anos como gestores administrativos na UFSC, 1 (um) atuou (ou está atuando) como gestor há 5 (cinco) anos, 1 (um) atua como gestor há 15 (quinze) anos, e o último sujeito, que exerce função de gestor há 30 (trinta) anos, praticamente desde que ingressou na Instituição.

Para garantir o anonimato dos gestores entrevistados e facilitar o processo de identificação de suas falas, eles serão denominados aleatoriamente G1, G2, G3, G4 e G5.

Assim, estes sujeitos se caracterizaram por atuarem de maneira direta ou indireta na formulação e aplicação da Política Institucional de Cultura, bem como do Projeto 12:30, durante seu exercício como gestores administrativos da UFSC. É notável que a maioria destes

sujeitos possui vínculo com a Instituição por um tempo considerável, o que enriquece a pesquisa, devido a sua larga experiência e do seu processo histórico com a Universidade.

Alguns destes gestores se manifestaram satisfeitos com a realização deste Estudo, tendo em vista a importância da cultura no âmbito de atuação da UFSC, bem como a participação do Projeto 12:30 neste processo.

Neste momento, passo à análise das informações fornecidas por estes sujeitos, que vivenciam ou vivenciaram de alguma forma o processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, no contexto do Projeto 12:30.

## 6.2 PROJETO 12:30

A primeira categoria de análise abordada foi o Projeto 12:30. Nesta categoria havia duas perguntas, as quais foram orientadas por seus conteúdos base (vide Quadro 04 – Categorias e Conteúdos Base), sendo a primeira pergunta referente à historicidade do Projeto 12:30 e a outra sobre a sua concepção (vide Apêndice B – Instrumento de Coleta de Informações).

Em relação ao processo histórico do Projeto 12:30 os gestores demonstraram não conhecer este processo. Relataram em suas falas que o Projeto consiste em apresentações musicais no *campus* da UFSC, e que já existe há bastante tempo. Dos 5 (cinco) sujeitos entrevistados, apenas 1 (um) demonstrou um conhecimento mais aprofundado do processo histórico do Projeto 12:30, destaco sua fala:

Não só conheço como participo do processo histórico desde o começo. Eu entrei na universidade, como eu falei, em 1985, me lembro que em 1986 eu redigi um projeto (12:30), eu e mais dois colegas aqui do DAC para realizar ações do Projeto 12:30. Por quê? Porque naquela ocasião a universidade recebia artistas ou grupos artísticos que se apresentavam no *campus* aqui da Trindade. Então, eram artistas, pessoas da universidade, de fora da universidade, da cidade ou de outras cidades de outros estados, que às vezes eles estavam em turnê, passando por Florianópolis e queriam se apresentar pra comunidade universitária [...] Então, esporadicamente aconteciam essas apresentações

e a agente viu que era importante [...] e oportuno trazer pra comunidade outras experiências artísticas pra partilhar, pra que a comunidade universitária pudesse interagir com os artistas, com a produção artística, enfim, ter essa fruição da arte. Mas aquilo ficou como uma coisa muito incipiente, e a gente só fazia as atividades quando acontecia esporadicamente que aparecia alguma atração (G04).

O Projeto 12:30 é um Projeto de Extensão de caráter didático-cultural vinculado ao Departamento Artístico Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina desde 1988. Com a criação da Secretaria de Cultura e Arte em 2008, ficou também subordinado a esta. O Projeto 12:30 foi concebido em 1986, mas somente em 1993 foi sistematizado e passou a ter frequência semanal. Alguns desdobramentos surgiram neste período (Projeto 12:30 Acústico, Intercâmbio Catarinense, Gravação de CD e Projeto 12:30 na TV) (UFSC, [201-a]),

Os outros gestores, no entanto, demonstraram conhecimento superficial de seu processo histórico e ressaltaram seu caráter musical, apesar de não se resumir somente a esta linguagem artística:

Olha, o que eu conheço. Que era um projeto dos mais antigos de arte da UFSC, estava relacionado ao DAC [...] E então o histórico dele foi realmente de fazer essas apresentações, ao meio dia e meio na concha acústica e convidando músicos locais pra se apresentarem. Mas dentro do projeto também, o projeto não se resumia a música, ele poderia também trazer outras linguagens artísticas como dança, por exemplo. Então, já houve algumas apresentações de dança no 12:30 mas a grande maioria, pelo menos, vamos dizer assim, de 2008 pra cá é de ... é mais de música mesmo (G02).

Contudo, os gestores, mesmo aqueles que não atuam diretamente com o Projeto 12:30, reconheceram sua importância e seu papel dentro da Política Institucional de Cultura. De acordo com o Gestor 01, o Projeto 12:30 passou a ser um projeto permanente da universidade a partir de 2016 como uma prioridade, reconhecendo-o como “um marco [...] não só de encontro de estudantes [...] mas também como possibilidade de surgimento de novos valores, novas bandas[...]” (G01).

Ao serem questionados sobre como entendiam o Projeto 12:30, sua finalidade e ações desenvolvidas, a maior parte dos entrevistados (G02, G03 e G05) novamente se referiu a ele como sendo um projeto musical (embora se reconheça que não é exclusivamente um projeto de música), que busca, além do entretenimento e lazer, dar visibilidade a novos artistas, valorizar/priorizar os músicos locais, criar oportunidades para esses músicos divulgarem seu trabalho e também para a comunidade universitária apreciar a arte.

Dentro de sua proposta original, um dos objetivos do Projeto 12:30 é viabilizar apresentações artístico-culturais no horário das 12h30 “promovendo o intercâmbio das diversas atividades culturais decorridas da riqueza de variedade étnica do nosso estado” (UFSC, 1986, p.04). O Projeto, buscou, assim, reconhecer a diversidade de manifestações artístico-culturais, embora com o passar dos anos, viesse a se caracterizar mais por um projeto musical, conforme relatado pelos gestores G05 e G03:

[...] hoje o cenário musical aqui em Florianópolis se tornou muito rico, apesar de que, iniciativas que apoiem atividades são muito poucas. Principalmente por causa do poder público [...]. Então, o que acontece, o 12:30 como objetivo principal, ele quer abrir oportunidades, tanto pra quem quer apresentar o seu trabalho, como para o público prestigiar aquele trabalho [...] acho que ele é muito importante culturalmente também porque a gente prioriza o artista local (G05).

[...] eu sempre entendi como um projeto de valorização dos músicos da cidade, não só da UFSC, mas da comunidade em geral de Florianópolis e tal. E assim, [...] a gente tinha uma tendência a dar vazão a talentos que ainda não tinham visibilidade. Aqui na verdade música é difícil, são poucos que tinham uma visibilidade. [...] E também tem o lado do público. O público, com o 12:30, é pra ter...é uma hora que tem o descanso, uma pausa da universidade. Então a maioria dos alunos almoça mais cedo e ir pra ali...tem uma área de lazer, de entretenimento com a música (G03).

Os gestores G01 e G04 não associaram o Projeto 12:30 a uma única arte, manifestando apenas que ele teria uma função “[...] não só recreativa, não só de lazer, mas também para o estímulo e surgimento de grupos novos e artistas novos” (G01). E ainda, foi ressaltada a função que o Projeto 12:30 tem, considerando a atividade de extensão universitária, presente no tripé ensino/pesquisa/extensão, pilares de sustentação da universidade (BRASIL, 1988). Desta forma, “a extensão que é essa mão dupla, entre universidade e comunidade, então o projeto é um espaço pra isso, [...] é um palco pras apresentações artísticas [...] que cumpre essa finalidade de permitir maior acesso da comunidade à fruição da arte” (G04).

Tais concepções vão ao encontro da própria definição do que é o Projeto 12:30, “um projeto de extensão, de caráter didático-cultural, inserido na área temática da cultura”, que tem como um de seus objetivos “possibilitar o acesso gratuito do público à arte produzida em Santa Catarina”, além de “incentivar a formação de público crítico e gerador de opinião em arte” (UFSC, 2009, p. 01)

Ademais, todos os gestores entrevistados foram unânimes em ressaltar a importância do Projeto 12:30 dentro da Política Institucional de Cultura e da própria história da Universidade. Assim, destaco a seguinte fala:

Então eu vejo assim, é um projeto muito importante, eu já ouvi falar que nas universidades federais... são poucas universidades federais que têm uma iniciativa parecida com essa. Ao longo de muito tempo a gente ouviu dizer que a única universidade federal que tinha esse tipo de atividade, era a nossa. Hoje já existem algumas outras, mas a Universidade Federal de Santa Catarina foi pioneira com esse tipo de projeto [...] e hoje ele é um projeto institucional, mesmo, de direito, de fato. A UFSC incorporou o Projeto 12:30 como institucional, então você vê a importância dele (G05).

Isto posto, ao tratar do processo histórico do Projeto 12:30, os gestores entrevistados manifestaram certo desconhecimento deste processo, com exceção do entrevistado G04, o que não impediu que estes gestores percebessem a importância deste Projeto para a Universidade e para a própria comunidade (interna e externa à

Universidade). Os gestores manifestaram conhecimento acerca de sua longevidade (30 anos) e também suas ações e repercussões.

O fato de o Projeto 12:30 ter sido incorporado aos projetos institucionais permanentes da UFSC pode ser considerado uma conquista, tendo em vista os inúmeros percalços que já enfrentou, boa parte em decorrência de falta de recursos financeiros e estrutura/local adequado para realização de suas atividades

Há que se mencionar, que, de acordo com os entrevistados G04 e G05, o local até então utilizado para as apresentações (varandão do CCE) já não está mais sendo usado pelo Projeto desde o início de 2017, a pedido de pessoas que exercem atividades acadêmicas naquele Centro de Ensino, devido ao ruído causado pelas apresentações, mesmo estas sendo no horário das 12h30 às 13h30, pois algumas atividades estão sendo realizadas também nesse período. Por conta disto, a SeCArte tem que alugar equipamento de palco para as apresentações, as quais passaram a ser quinzenais, tendo um investimento de mais de 7 (sete) mil reais em cada apresentação.

Assim, a sugestão de alguns dos gestores seria a construção de uma estrutura definitiva para as apresentações do Projeto, e que poderia ser utilizada também para outros fins. A construção desta estrutura seria, em médio prazo, mais econômica para a Universidade, pois o custo do Projeto 12:30, por causa do aluguel de estrutura de palco, está em torno dos 14 (quatorze) mil reais mensais.

Em suma, no contexto desta pesquisa, a maior parte dos gestores entrevistados desconhecem o processo histórico do Projeto 12:30. Na visão destes gestores, a concepção do Projeto 12:30 é basicamente de um projeto musical, mas que abarca outras linguagens. Os gestores reconhecem a importância do Projeto 12:30 frente à Política Institucional de Cultura, e relataram os desafios quanto à sua continuidade, boa parte em função da falta de recursos financeiros.

### 6.3 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA

A categoria Política Institucional de Cultura teve como objetivo compreender como os gestores entendem esta Política e a sua relação com o Projeto 12:30. Assim, seus Conteúdos Base são concepção e inter-relação com o Projeto 12:30.

A primeira questão buscou compreender como os sujeitos da pesquisa entendem a Política Institucional de Cultura. Os gestores entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância de uma instituição como a UFSC ter um planejamento de suas ações de cultura,

por meio de uma Política Institucional de Cultura. Os gestores usaram os termos “vital” (G01), “um grande avanço (G02), “muito séria e muito forte” (G05), ao se referir à Política Institucional de Cultura, destacando a importância da instituição da SeCArte neste processo, e que, até aquele momento não havia uma verdadeira política cultural na UFSC.

Eu entendo ela [*política institucional de cultura*] como vital. A universidade é arte e ciência. No próprio brasão da universidade tá a arte ali. Se a universidade fosse fazer só duas coisas uma era ciência, a outra era arte. Então na arte, nesse sentido amplo que se entende como cultura, como uma manifestação cultural, só estamos simplesmente dando vazão, dando complemento para aquilo que a universidade foi criada, para o desenvolvimento da arte e cultura. Então, no campo da arte e da cultura tens que ter um programa. A arte e a cultura têm que necessariamente estar associado ao ensino, pesquisa e extensão, e a inovação. A arte e a cultura tem que estar intimamente associada à condição de vida dos estudantes, dos técnicos e dos professores, tem que ser um elemento que melhores a condição de vida dessas pessoas que constituem nosso universo (G01).

[...] a partir de 2008 nós desdobramos a secretaria de cultura e arte, que antes nós tínhamos uma pró-reitoria de cultura e extensão. Então, nós pensamos em retirar a cultura da extensão, separar, e ali [...] nós tivemos uma pró-reitoria de pesquisa e extensão de um lado e uma secretaria de cultura e arte do outro. E exatamente pra desenvolver mais a arte e a cultura, tá. O reitor na época [...], que acho que ele era uma pessoa visionária também, uma pessoa que apoiava muito a arte. [...] Então a SeCArte [...] O seu recurso, as pessoas, os seus servidores se dedicam à arte e cultura e isso significou um grande avanço para o desenvolvimento da arte e cultura na Universidade Federal de Santa Catarina. Existia até então uma divisão meio implícita de que a UDESC era a universidade de arte e que a UFSC era a universidade tecnológica. Então a ideia era

realmente a gente mudar isso. Então a gente implementou a SeCArte, com uma política de cultura, que a ideia era realmente, era desenvolver a produção cultural dentro da universidade, desenvolver também a pesquisa, o ensino da arte na universidade, difundir também isso que era feito dentro da universidade e fortalecer tanto as instâncias administrativas que trabalhavam com arte, como por exemplo o DAC, quanto os cursos de artes, que já tinham sido criados, inclusive artes cênicas foi criado em 2008. Então [...] a base da nossa política era defender que a arte era uma dimensão do ser humano (G02).

Historicamente, a UFSC, desde a sua criação, na década de 60, já tinha uma classe artística interessada em estabelecer uma política de cultura na Universidade. Inicialmente, essa política se apresentou de forma rudimentar, com a criação, destituição e recriação de setores ligados à arte e à cultura, com destaque para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e o DAC ambos instituídos em 1988 (UFSC, [201-d]). Assim, durante muito tempo, a cultura ficou atrelada à extensão, em consonância com os preceitos da Reforma Universitária de 68 (BRASIL, 1968).

Em 2008 a UFSC teve, então, pela primeira vez na sua história, a instituição de uma Secretaria com *status* de Pró-Reitoria, com o objetivo de auxiliar Administração Central nas suas tarefas executivas na área da cultura, a SeCArte. (UFSC, 2008a; [201-g]). A partir daí a área da cultura foi desassociada da extensão, passando a ter recursos e pessoal próprio dentro da Universidade, conferindo-lhe mais autonomia e visibilidade perante a comunidade universitária.

Dentre as competências da SeCArte, estão: fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos na área e “integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UFSC, [201-e], Art. 5º).

Percebe-se na fala dos gestores entrevistados que há uma preocupação com a valorização da cultura e da arte na UFSC, a qual se materializa por meio de sua Política Institucional de Cultura. Os gestores (G02, G04) destacam ainda, a relação da cultura e arte com o ensino, pesquisa e extensão, seja por meio dos cursos regulares de graduação nas diversas artes (Artes Cênicas, Cinema, Design, entre outros) ou das oficinas e atividades realizadas pelo DAC.

Outro fator abordado entre os entrevistados foi a falta de recursos financeiros. Este é tido como o grande vilão da história na concretização dos planos e ações da Política Institucional de Cultura. Soma-se a isso outro fato que tem acompanhado as trocas de gestões administrativas, falando não apenas no âmbito das universidades, mas dos principais cargos político-administrativos no país: a descontinuidade administrativa.

De acordo com Nogueira (2006, p. 13), a descontinuidade administrativa se traduz “na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras”, mudanças de prioridade e “engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político”, sem considerar as possíveis qualidades e méritos que tenham as ações descontinuadas. Em consequência, tem-se o desperdício de recursos públicos “perda de memória e saber institucional” e até mesmo desânimo de equipes e aumento de tensão entre técnicos estáveis e gestores que mudam de acordo com as eleições.

Assim, na fala do gestor G03, tem-se que:

Então, eu acho que a partir daí [*da criação da SeCArte*], desse período, a política cultural, começou a se pensar uma política cultural da UFSC em todas as áreas de cultura, no teatro, na música... aproveitando coisas que estavam dando certo [...] mas a política cultural ela também depende dos recursos, dos recursos que tem. Eu sei que [...] os recursos estão escassos e também não teve assim uma preocupação ...de uma continuidade da política que se iniciou ali, foi uma política legal, cultural assim... que tinha envolvimento dos aluno, da comunidade e de todos os setores, professores e a parte administrativa da UFSC. Mas eu acho que uma universidade como a UFSC, que tá na vanguarda.de várias áreas, ela...tem que pensar em uma política cultural e que essa política cultural não dependa tanto da troca de gestores, sabe, de administração, porque as pessoas passam e a universidade ta ali [...] (G03).

Assim, a descontinuidade administrativa atingiu também a Política Institucional de Cultura. Um exemplo disto é a alteração da própria nomenclatura da secretaria, que de SeCArte (Secretaria de Cultura e Arte) foi alterada para Secult (Secretaria de Cultura) (UFSC,

[201-g]), além de outras decisões administrativas que impactaram este setor.

Os gestores compreendem a Política Institucional de Cultura como algo imprescindível para a universidade, bem como a sua associação ao ensino, pesquisa e extensão, seus pilares de atuação. Reconhece-se que há muitas falhas ainda, dificuldades que vão além de seu poder decisório, como é o caso da falta de recursos financeiros, e que exigem medidas criativas e inovadoras de gestão, sem desmerecer o que já foi conquistado por gestões anteriores.

No processo da inter-relação da Política Institucional de Cultura com o Projeto 12:30, todos os gestores manifestaram a ideia de uma relação estreita e duradoura, o que foi reforçado pela sua incorporação aos projetos permanentes da UFSC, no ano de 2016. Destaco a fala de dois gestores:

[...] o [*Projeto*] 12:30 ele é uma ação perfeitamente integrada num projeto institucional. Ele é um exemplo de como que deve ser tanto a política institucional e como deve ser a ação, ele é uma ação na verdade, uma atividade. Porque ele consegue mobilizar recursos materiais e recursos humanos da própria secretaria, e ele consegue fazer um envolvimento do público que nos interessa mobilizar, que nesse caso são os estudantes. E ele tem essa função de relacionamento da universidade com a comunidade, com o público externo, que seria a atividade de extensão. Ou trazendo novos valores, novas bandas, novos artistas. Então [...] ele é uma síntese de como deve ser uma política institucional e como que ela permite por meio da cultura, por meio da arte, fazer então também essa aproximação da universidade com a comunidade (G01).

[...] durante muitos anos, o Projeto 12:30 não era tido como institucional. [...] com o passar do tempo, o passar dos anos o [*Projeto*] 12:30 foi ganhando tanto terreno e foi caindo nas graças da comunidade, tanto interna quanto externa à UFSC, que não teve como, era um processo, era fatal que fosse acontecer. E hoje realmente, [...] ele é de fato e de direito um projeto institucional. Então

you imagine the importance of it, the recognition of the importance of it within the culture of UFSC, the point of administration recognizing that it should be institutional. It passed to be institutional so I don't get fooled since last year, [...] it is a project of the university. And that was a concern of ours, because it is such a business, it is, all of us that we pass through here we are temporary, one day I will retire, I will leave and it is intention, it is interest for us that the Project 12:30 remain. And I think that from the moment that it became institutionalized we have this guarantee that it will not die. That the institution will take care of its continuity (G05).

In relation to Institutional Policy of Culture, the managers perceive the qualitative jump when the institution of SeCArte, which is also considered a historical fact of this Policy. One can even say that its creation is the initial framework of the Policy of Culture of UFSC. Since its emergence, Project 12:30 has been gaining even more visibility, until it was finally incorporated into the Institutional Policy of Culture, in the year 2016, according to the report of some of the managers interviewed, confirming it even more as an institutional character.

The lack of financial resources for the area of culture, even in the university sphere, can be seen as a reflection of the political, financial and administrative crisis occurring in Brazil in recent years. However, historically the area of culture has always been permeated by this discourse, of the lack of financial resources, and since the 90s it has served as a subterfuge for tax incentive laws (MORAES, 2016b; RUBIM, 2010; 2015; SILVA; DUTRA, 2012).

Rubim (2015) highlights that this is still the main means of resource capture for the financing of culture. And this is occurring in the three spheres of public administration (Municipalities, States and Union).

The Institutional Policy of Culture, in a similar way, manages to survive with the scarce resources of the University, as manifested in the discourses of almost all managers (G02, G03, G04, G05), since these resources do not accompany the increase in costs inherent to the activities developed in the Institution, according to manager G04.

This without mentioning that, with the expansion of UFSC to more 4 (four) *campi* (Araranguá, Joinville, Blumenau and Curitiba), the

inclusão destes na Política Institucional de Cultura e que é mencionada como uma das atribuições da SeCArte, qual seja, “integrar as ações culturais dos *campi* da UFSC” (UFSC, [201-e], Art. 5º), acaba sendo prejudicada por esta realidade.

Por fim, em se tratando da concepção da Política Institucional de Cultura manifestada pelos gestores entrevistados, ficou evidenciado que esta Política é fundamental para a Instituição e está presente no tripé de atuação da Universidade (ensino/pesquisa/extensão). Novamente, o grande entrave ao pleno desenvolvimento da Política Institucional de Cultura é o fator financeiro, como relatado pelos entrevistados. Somado a isto, outra grande preocupação diz respeito à descontinuidade administrativa, algo frequente no processo de gestão da Universidade, que pode sofrer mudanças profundas em seus órgãos deliberativos e executivos de quatro em quatro anos. Já a inter-relação desta Política com o Projeto 12:30 é vista de forma sólida e quicá permanente, principalmente depois de sua incorporação aos projetos permanentes da UFSC no ano de 2016.

#### 6.4 POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA

Nesta categoria de análise apresento a concepção de cultura, a Política Pública de Cultura, bem como sua relação com a Política Institucional de Cultura na visão dos gestores.

Primeiramente, quando indagados sobre qual a sua concepção de cultura, os gestores manifestaram visões bastante similares. Essas visões de cultura estavam associadas à tradição, cultura de um povo (G03); à civilização (G01), à construção, produção de uma sociedade (G02). Essas concepções vão ao encontro das concepções de cultura de Bauman, 2012; Carvalho, 2001; Eagleton, 2012; Rosa, 2009; Santos, 1987. De forma sintética, estes autores definem a cultura como uma construção histórica, um complexo de valores, costumes, crenças de um povo, manifestos em sua prática social, em determinado contexto sociopolítico.

Neste contexto, destaco as falas dos gestores G01 e G02:

[...] Eu associo cultura com o termo civilização. Eu acho que é [...] uma das possibilidades. Das várias possibilidades de definir cultura eu creio que aquela que aproxima ou associa cultura a civilização uma boa referência, uma boa referência conceitual, uma boa referência

histórica. Por que isso? Porque tu tens no conceito de civilização... tu tens toda uma ideia de acúmulo, de progresso, de desenvolvimento de evolução. Então a cultura... nesse sentido mais amplo possível, relacionado com a arte, relacionado com o saber, relacionado com o conhecimento, as várias facetas do que é a cultura. A arte é uma delas, mas o termo, pelo fato de ter uma amplitude [...] ele é mais fácil de ser compreendido pela sua associação com o referente civilização (G01).

[...] é uma construção, [...] a cultura é aquilo que o homem produz. Então a cultura como uma produção de uma sociedade. Mas isso é algo amplo, então tu podes pensar nesse sentido a cultura... você pode pensar que ciência é cultura, que filosofia é cultura, que arte é cultura, que essa produção de uma comunidade, de uma sociedade pode ser chamada de cultura (G02).

Mostrou-se presente, também, no discurso dos gestores as noções de cultura como arte e como desenvolvimento intelectual. Ou melhor, a arte como uma dimensão da cultura, e o reconhecimento de que a arte é apenas uma das facetas da cultura, e seu papel na construção do conhecimento, do saber, sendo que, muitas vezes, estas concepções se misturam:

Esse tema é muito amplo, cultura é quase tudo. Agora, arte, produção de arte, já é um pouco mais limitante. [...] cultura é tudo, a tua cultura, a tua tradição, como tu se veste, isso é cultura, cultura de um povo. Agora a arte é diferente, claro que esses temas se misturam, assim quando tu fala em cultura, uma política cultural, a gente ta sabendo que é uma política cultural mais pro lado artístico, então a cultura é muito amplo, agora se tu me perguntar arte, arte é uma produção de...um desenvolvimento, um resultado de um desenvolvimento artístico que tu tens assim...em diversas áreas (G03).

E também se trabalha muito a questão de cultura às vezes como sinônimo de arte. Às vezes um

setor tem o nome de cultura e quer se entender como se fosse os trabalhos da arte. Então é muito comum quando se fala assim, uma pessoa que tem cultura, muitas vezes também se pensa a cultura erudita e se esquece a cultura popular. Outras abordagens já englobam todas as possibilidades da cultura, que é como tem que ser, que é uma coisa bem ampla, não é só cultura erudita, mas a popular, a alternativa, enfim, todas as formas de cultura. Então dependendo de como a gente quer trabalhar a questão de cultura, então cultura é arte, arte é cultura, qual que é maior, qual que é menor? Então a gente poderia dizer que a cultura seria mais genérica mais global e arte seria uma das partes dessa grande cultura, desse... conceito maior, digamos assim (G04).

Estas visões se coadunam com o disposto por Williams (1992), quando afirma que a gama de significados para a cultura abrange: um estado mental mais desenvolvido, ou os processos desse desenvolvimento (atividades culturais), e ainda, os meios deste processo (arte propriamente dita). Já para Bauman (2012), dentro das diferentes abordagens, a sua noção hierárquica traz a conceituação da cultura como um esforço para atingir um ideal de ser humano e de sociedade.

Neste sentido os gestores demonstraram uma sinergia em sua visão acerca de cultura, ora como uma concepção global da civilização humana, ora como sinônimo de arte e conhecimento. É claro que essas noções se mesclam e não é possível trabalhar com elas de maneira separada, pois são partes do fazer humano.

Por outro lado quanto à Política Pública de Cultura, no Brasil, nem todos os gestores entrevistados demonstraram conhecimento acerca desta Política, mesmo atuando em setores envolvidos com arte e cultura na Universidade. Segundo o G05, “é muito difícil falar”, pois, o mesmo afirma que, falando de Governo, em nível federal “eu não vejo nada. Eu não vejo nada mesmo”. Destacou ainda que, no âmbito estadual e municipal, em se tratando de Santa Catarina e Florianópolis também não há uma política efetiva de cultura, ressaltando o descaso com que o tema é tratado pelas autoridades públicas na região.

Os outros gestores manifestaram conhecimento acerca das mudanças ocorridas na última década, principalmente, destacando de maneira positiva a atuação de alguns gestores políticos naquele momento (G02, G03). No período mencionado o Brasil assistiu a uma

serie de medidas e mudanças introduzidas na área da cultura, com destaque para o Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), os Pontos de Cultura<sup>12</sup>, e o Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, [201-c]).

Houve uma construção de uma política pública de cultura no Brasil principalmente nos últimos, nas últimas décadas a gente pode dizer que se intensificou, a partir do primeiro governo Lula, quando foi colocado o Gilberto Gil como ministro da cultura. Parece que a partir daí houve vários congressos, e simpósios e seminários de cultura que construíram a política nacional de cultura. Que ela tem várias ações, várias metas. Isso foi construído ao longo de doze anos. Então eu acho que, foi construído isso, uma política pública de cultura do Brasil [...] Acho que foi muito importante, teve ações muito importantes, por exemplo, o desenvolvimento dos Pontos de Cultura, que é a ideia que a gente pode ter realmente pequenos focos de cultura no Brasil [...] E tem o plano nacional de cultura, esse Plano nacional de cultura, ele teria, ele também teve como subproduto o sistema nacional de cultura e o sistema nacional de indicadores culturais [...] Então, eu acho que tem isso já, toda uma estrutura, tá, enfim, e a ideia é que isso aí não fosse uma política de governo, mas uma política que permanecesse, uma política de estado. (G02).

A noção de sistema também esteve presente nos relatos. Um sistema que envolve as políticas públicas, inclusive a de cultura, fazendo parte de um todo administrativo (G01).

---

<sup>12</sup> Os Pontos de Cultura são entidades culturais, ou coletivos culturais, certificados pelo Ministério da Cultura. Os Pontos de Cultura são uma base social com poder de penetração nas comunidades e territórios, em especial nos segmentos sociais mais vulneráveis. Esta base social também se amplia para outros segmentos sociais, alcançando os setores médios, em especial a juventude urbana, periférica, universitária, jovens artistas, novos arranjos econômicos e produtivos. O Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010) estabelece em seu Plano de Metas o fomento de 15 mil Pontos de Cultura até 2020 (BRASIL, 2015).

O sistema de cultura engloba parte administrativa, as secretarias, os municípios, a União, o ministério. O sistema tem toda uma estrutura que precisa ser irrigada com recursos pra desenvolver políticas culturais, então, esse é um primeiro elemento. Nós temos um sistema cultural, que é estrutural, vamos supor assim, ele é administrativo. E ele é responsável pela execução das políticas culturais.. Aí as políticas culturais que fazem parte desse sistema, aquelas que acabam sendo absorvidas pelo sistema tanto, daí no caso, tanto administrativo quanto legal, entram na agenda, incorporados pelo sistema e são normatizadas e recebem recurso e entram no orçamento essas viram políticas culturais. Políticas públicas. Mas as políticas públicas elas não dão conta de todo o mar de manifestações culturais que existem [...] Então, qual é o grande lance na verdade? É fazer com que mais e mais dessas manifestações que estão no espaço, que estão no emaranhado das manifestações, num bairro, de uma cultura, de uma comunidade, de um grupo, aos milhares que existem, fazer com que elas acabem tendo uma identidade, que elas possam ser reconhecidas, entendidas e que elas entrem na agenda da estrutura, do sistema. Porque daí elas passam a ter visibilidade, elas passam a ter recursos, elas entram no sistema, elas viram institucionais (G01).

Considerando que alguns destes gestores têm atuado em setores ligados à arte e cultura na UFSC por um tempo considerável, em média mais de 10 (dez) anos, constatei que os mesmos não possuem um conhecimento mais aprofundado sobre a Política Pública de Cultura. É de se pensar em uma possível formação desses gestores, a fim de aprofundar e aprimorar seu conhecimento, e conseqüentemente sua atuação dentro da Política Institucional de Cultura.

Na visão dos gestores, a relação entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura, diferentes concepções foram apresentadas acerca desta relação. Seja com a noção de um sistema, uma rede (G01), de uma relação imbricada, mas que depende muito da vontade do gestor (G03), uma relação de dependência em

relação aos recursos financeiros (G04), e, por último a inexistência dessa relação (G02, G05).

Eu acho que não tem uma relação estreita tá. Por quê? Porque a Política Pública de Cultura ela foi feita pensando mais em produtores não estatais, vamos dizer assim. Tá certo, ela foi feita para os artistas, para os grupos de teatro, para os grupos de música, para os grupos fora do Governo. Fora do estado. Então, tem instituições privadas ou pessoas jurídicas também, pessoas físicas ou pessoas jurídicas que produziam cultura, que faziam cultura. Então, os músicos, os atores, os cineastas, etc. Então, é uma política do estado para fora do estado, tem que ser assim, tá certo. Como é que a universidade, principalmente universidade pública, se coloca dentro disso? Isso é mais complicado porque a universidade pública está dentro do estado. Então nós precisaríamos de uma política do MinC para a universidade e isso só foi feito uma vez, a gente só teve um edital do MinC pra universidade que foi o edital, acho que mais cultura na universidade<sup>13</sup>, e ele foi o produto, eu acho de uma discussão e de uma exigência que a gente tinha, e se discutia em vários fóruns se colocava isso, quando a gente participava de fóruns de cultura, ou mesmo de fóruns de pró-reitores de extensão e cultura, e deveria existir algum tipo de auxílio ou algum tipo de programa do MinC para as universidade e foi feito isso. Mas infelizmente foi feito só uma vez tá e depois esse programa não teve mais. Então, eu acho que nesse sentido, existe uma distância, existe uma distância mas ao mesmo tempo existe um paralelismo no sentido de que quando eu acho que a sociedade como um todo, a partir da gestão do Gil, começou a discutir cultura, também na universidade isso começou a ficar importante. Então a gente também começou a valorizar isso também dentro da universidade. Ainda que não houvesse uma interação muito, muito grande, mas como o país

---

<sup>13</sup> Programa Mais Cultura nas Universidades (BRASIL, 2013).

começa a pensar em cultura e arte, a universidade também começa a pensar em cultura e arte (G02).

Na visão dos gestores, a relação entre Política Institucional de Cultura e Política Pública de Cultura se manifesta, assim, de forma nebulosa, desconhecida e mesmo inexistente por parte dos gestores. Talvez por um lapso do próprio Governo Federal, ou das universidades, esta relação ainda não se consolidou, ficando um vácuo, um vazio de políticas e iniciativas destinadas a estas instituições.

Neste contexto, os gestores, ao se manifestarem sobre a Política Pública de Cultura demonstraram: acerca da concepção de cultura, certa convergência de concepções, ora como parte do fazer humano, uma construção histórica, ora como sinônimo de arte e conhecimento; em relação à concepção de Política Pública de Cultura, o que ficou manifesto foi desconhecimento desta Política pela maior parte dos entrevistados (G01, G03, G04 e G05); e, quando perguntados sobre a inter-relação entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura, os gestores manifestaram opiniões divergentes. Esta relação foi descrita como uma relação forte, imbricada, de dependência, mas sempre a mercê da vontade do gestor (G01, G03, G04), e por último, uma relação inexistente (G02).

Em síntese, ao finalizar esta Dissertação e com o objetivo de atender aos objetivos propostos, tenho, como última etapa desta, a apresentação das considerações finais e sugestões de ações com vistas a serem implementadas no âmbito da gestão universitária, bem como de futuras pesquisas sobre o fenômeno investigado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao objetivo inicialmente proposto neste estudo, ou seja, compreender como se constituiu o Projeto 12:30 no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Cultura, na visão dos gestores da UFSC, é possível perceber que o Projeto 12:30, como ação da Política Institucional de Cultura, contribuiu na construção e perpetuação desta Política.

Em relação ao processo histórico do Projeto 12:30, ficou evidenciado um certo desconhecimento por parte dos gestores. Contudo, os gestores sabem de sua importância cultural para a Universidade e a comunidade.

Historicamente, o Projeto 12:30 integrou diversas linguagens artísticas (música, teatro, dança, artes plásticas, cinema), mas nos últimos anos ficou bastante reduzido seu arsenal, ficando resumido à apresentações musicais, o que pode ser visto com bons olhos também. Devido a esta mudança, muitos trabalhos de artistas consagrados já passaram pelo palco do Projeto, ou mesmo ganharam mais notoriedade depois disto.

Porém, a falta de estrutura para outros tipos de arte é um implicante neste processo, como mencionado por um dos gestores entrevistados, já que dança, teatro, cinema, entre outros, exigiriam mais equipamentos de sonorização, palco, iluminação, o que torna difícil sua realização. Assim, o Projeto 12:30 acabou se reconfigurando em um projeto basicamente musical, e passou a ter frequência quinzenal ao invés de semanal.

No que tange à Política Institucional de Cultura, esta pode ser considerada ainda muito nova. De acordo com os dados históricos e bibliográficos investigados, e relatos dos entrevistados, antes da criação da SeCArte em 2008 (UFSC, 2008a), não existia uma política de cultura consistente na Universidade, estando sempre ligada à área da extensão. Ainda, alguns dos projetos da SeCArte e suas unidades se enquadram na extensão, mas agora com recursos, legislação normativa, equipe e estrutura próprios, conferindo-lhes mais autonomia e legitimidade.

A Política Institucional de Cultura tem sido vista com bons olhos pelos gestores, pois nestes 9 (nove) anos de existência da SeCArte muito já se fez. O que é manifesto pelos gestores, quase com unanimidade, como entraves a esta política são dois fatores: a falta de recursos financeiros e a descontinuidade administrativa, a exemplo do que também ocorre no âmbito político-administrativo no Brasil.

Assim, destaca-se a necessidade de que esta e outras políticas da Universidade sejam institucionais e não de gestão, garantindo-lhe permanência. Neste sentido, o Projeto 12:30 teve uma conquista em 2016. Contudo, os desafios à sua permanência ainda não cessaram, pois não há um local apropriado para as apresentações, que costumavam acontecer em dois locais: na Concha Acústica ou no varandão do CCE.

A Concha Acústica encontra-se em estado de depredação, totalmente abandonada, além disso, as condições de tempo (sol, chuva, vento), não favorecem a realização das atividades naquele local. Já no varandão do CCE, depois de inúmeros conflitos devido a professores, servidores técnico-administrativos e alunos que estão realizando atividades acadêmicas também no horário das 12h30 às 13h30, coincidindo com as apresentações do Projeto, finalmente decidiu-se por não haver mais atividades ali.

A solução encontrada pela Administração Central foi realocar as apresentações em um pátio próximo ao Restaurante Universitário (RU), alugando equipamento de palco, além do de som, o que encareceu a atividade. O investimento mensal para duas realizações do Projeto 12:30 no mês (quinzenal), fica em torno de 14 (quatorze) mil reais, bem mais que o valor gasto antes apenas com aluguel de equipamento de sonorização.

Para solucionar esta questão, foi sugerida por dois dos gestores entrevistados a construção de uma estrutura definitiva para as apresentações do Projeto, e, também para as demais atividades artístico-culturais da UFSC, o que, a médio e longo prazo seria mais econômico para a Instituição.

Esta questão remete à relação entre a Política Institucional de Cultura e o Projeto 12:30, que, na visão dos gestores, se constitui por uma relação consistente. O Projeto é considerado por alguns gestores a essência, a síntese do que seria a Política Institucional de Cultura. De fato, o Projeto 12:30, ao longo de 30 (trinta) anos sobreviveu às mais diversas fases da Universidade.

A concepção de cultura apresentada pelos gestores é de cunho antropológico, considerando como parte do fazer humano, como um requisito para exercer a sua cidadania, e a arte como uma dimensão deste processo. Esta visão se materializa na Política Institucional de Cultura construída ao longo de 9 (nove) anos de existência da SeCArte.

Em relação à Política Pública de Cultura, esta tem tido avanços históricos. Houve iniciativas do poder público para a criação e implementação de uma política cultural. Contudo, manteve-se a prática de mecanismos antigos de financiamento à cultura, e que entram em

conflito com a ideia de um Estado forte e com poder decisório na área de arte e cultura, como é o caso das leis de incentivo fiscal, ainda largamente difundida nos governos de todas as esferas da administração pública, acrescido, ainda, da política de editais. Esta última é uma prática que tem sido adotada também nas universidades, inclusive na UFSC, mesmo após a instituição da SeCArte.

Os gestores manifestaram pouco conhecimento acerca da Política Pública de Cultura, mesmo aqueles que exercem suas funções diretamente nesta área. Por vezes se afirmou que nada vem sendo feito, ou por vezes, que ela consiste basicamente no fornecimento de recursos para os projetos artístico-culturais ou como uma grande rede que administra esses projetos.

A relação entre a Política Pública de Cultura e a Política Institucional de Cultura é vista de diferentes formas pelos gestores, ora como uma relação imbricada, mas que tem a interferência da vontade dos gestores, ora como uma rede integrada, ora como uma fonte de fornecimento de recursos financeiros (da Pública para a Institucional), ora como inexistente, apesar de necessária. Esta última parece refletir mais a realidade da interação entre estas políticas, que realmente não apresenta um elo forte e permanente, já que a administração pública pouco tem incentivado a política cultural universitária.

Embora não exista essa relação direta e formal, entende-se que a Política Institucional de Cultura tem acompanhado paralelamente a Política Pública de Cultura, como mencionado por um dos gestores entrevistados. A concepção de cultura que permeia ambas é a mesma. Mesmo a instituição da SeCArte e os inúmeros programas e projetos por ela coordenados, podem ser considerados reflexos da Política Pública de Cultura. Esse desmembramento da cultura da área da extensão na UFSC e seus desdobramentos ocorreram em um momento que a sociedade brasileira como um todo estava envolvida com este processo, por meio das conferências envolvendo os diferentes setores da sociedade, dos novos programas e projetos, todos orientados pelo Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010), exemplo maior desta política.

Assim, ao retornar ao ponto de partida deste estudo, o Projeto 12:30, evidencia-se sua importância no desenvolvimento de Política Institucional de Cultura, como demonstrado pela visão dos gestores. Contudo, no desenvolvimento deste estudo, uma contradição se revelou: ao mesmo tempo em que o Projeto 12:30 é uma ação da Política Institucional de Cultura, esta ação é fragilizada pela falta de diretrizes de gestão desta Política. Esta fragilidade se manifesta não só pela falta de recursos, o que é uma realidade nacional, mas pela falta de local próprio,

desconhecimento de seu processo histórico por parte dos gestores, pela falta de equipamentos e pessoal necessários e até mesmo falhas em seu registro histórico. Falta ainda, aos gestores, uma melhor compreensão acerca de seu papel na Política Institucional de Cultura e do que é a própria Política Pública de Cultura.

Sendo assim, no intuito de contribuir para a superação desta contradição e para o aprimoramento da gestão do Projeto 12:30 e seu fortalecimento perante a Política Institucional de Cultura, proponho algumas ações:

- a) Capacitar os gestores com vistas a melhor compreensão da Política Pública de Cultura e seu impacto na Política Institucional de Cultura, bem como possíveis parcerias com outras instâncias administrativas (Estado, Município) para formulação e execução da Política Institucional de Cultura;
- b) A formação de um grupo de trabalho para melhor discutir o rumo a ser tomado pelo Projeto 12:30, tendo em vista as dificuldades que tem enfrentado em sua execução (falta de recursos, local para realização das atividades, equipe, integração com outros *campi* da UFSC);
- c) A construção de um espaço físico para a realização de suas atividades, o qual será utilizado para a demais ações desenvolvidas pela SeCArte, ou a restauração do Centro de Convivência para este fim;
- d) Uma discussão mais aprofundada, buscando soluções no intuito de integrar as atividades do Projeto 12:30, e também outras ações da SeCArte, com os outros *campi* da UFSC; e,
- e) Buscar mecanismos com vistas a garantir a continuidade das ações desenvolvidas no Projeto 12:30 durante as diferentes gestões da Universidade, e tornar a Política de Cultura da UFSC uma política institucional e não apenas de gestão.

Assim, almejo que este trabalho possa contribuir para a reflexão dos gestores acerca da Política Institucional de Cultura e do Projeto 12:30 neste contexto. Que com estas reflexões seja possível chegar a uma nova forma de pensar a gestão, integrada com a Instituição, e não apenas com aquele dado momento histórico, fortalecendo assim, a Política Institucional de Cultura. Muito já foi alcançado, mas ainda se fazem necessários o aprimoramento e alinhamento desta Política com a Política Pública de Cultura.

Espero que este estudo possa despertar o desejo do desenvolvimento de outras pesquisas sobre a política cultural universitária, e quiçá trazer outras contribuições à Instituição e à sociedade. Desta forma, sugiro estudos mais ampliados que possam abarcar os diferentes sujeitos envolvidos neste processo.



## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs). **Políticas culturais no Brasil**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

\_\_\_\_\_. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. In: **Vivências – Revista Eletrônica de Extensão da URI**, Erechim, v. 01, n. 02, p. 08-17, mai./2006. Disponível em: <[http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area\\_co\\_municacao/area\\_comunicacao\\_01.htm](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_co_municacao/area_comunicacao_01.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BEZERRA, Jocastra Holanda; WEYNE, Rachel Gadelha. Política cultural no Brasil contemporâneo: percursos e desafios. IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, n. 4, Rio de Janeiro, out/2013. **Anais do IV Seminário de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Jocastra-Holanda-Bezerra-et-alii.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 37.608**, de 14 de Julho de 1955. Institui no Ministério da Educação e Cultura um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado Instituto Superior de Estudos Brasileiros, dispõe sobre o seu funcionamento e dá outras providências. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=147993&norma=169061>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

BRASIL. **Lei nº 3.849**, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras providências. Brasília, 1960. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3849.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3849.htm)>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

\_\_\_\_. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 31 de agosto de 2016.

\_\_\_\_. **Política Nacional de Cultura**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1975. [Impresso].

\_\_\_\_. **Lei nº 7.505**, de 02 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Brasília, 1986. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm)>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm)>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

\_\_\_\_. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Reestabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm)>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

\_\_\_\_. **Lei n. 10.172/2001**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm)>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

**BRASIL. Emenda Constitucional nº 48**, de 10 de agosto de 2005. Acrescente o § 3º ao artigo 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm)>. Acesso em: 22 de junho de 2016;

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.343**, de 02 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm)>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial nº 18**, de 18 de dezembro de 2013. Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_25185827\\_PORTARIA\\_INTERMINISTRIAL\\_N\\_18\\_DE\\_18\\_D](http://www.lex.com.br/legis_25185827_PORTARIA_INTERMINISTRIAL_N_18_DE_18_D)>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Pontos de Cultura**. Brasília, atualizado em 27 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac): o que é?** Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac->>. Acesso em: 16 de agosto de 2016.

\_\_\_\_\_. **Banco de Teses e Dissertações**. CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). [201-a]. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Cultura: entenda o plano**. Brasília, [201-b]. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/entenda-o-plano/#como-o-pnc-foi-elaborado>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal, em seu Artigo 2016-A (SNC).**

Brasília, [201-c]. Disponível

em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao\\_Federal\\_art\\_216.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf)>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal:** um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.

In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs).

**Políticas culturais no Brasil.** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri Carvalho da;

GUIMARÃES, Rodrigo Gameiro. Sistema Nacional de Cultura: a

tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul.

**Cadernos EBAPE.BR**, v.7, nº 4, Rio de Janeiro, Dez. 2009, pp. 666-686.

CARVALHO, José Antonio Ribeiro de. **Projeto Viva Madre Deus:**

gestão pública da política cultural. Dissertação (Mestrado em

Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Política Cultural:** reflexão

sobre a separação entre a educação e a cultura no Brasil. Dissertação

(Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000017822&fd=y>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia**

**Científica.** 4ª ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

\_\_\_\_; \_\_\_\_; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**: Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, n. 28, Curitiba, p. 17-36, 2006.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, v.1. Natal, 8 de maio de 1998. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José F (orgs). **Políticas Públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. 2ª ed. Brasília: UnB, 2010.

LEOPOLDO e SILVA, Franklin. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**. Educação Superior, 15 (42), 2001, pp. 295-304.

MORAES, Camila. Lei Rouanet explicada: como funciona, quais as vantagens e quais as críticas. In: **El País**. São Paulo, 29 de junho de 2016a. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/cultura/1467151863\\_473583.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/cultura/1467151863_473583.html)>. Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. A cultura é (novamente) degolada tempos de ajuste fiscal. **El País**. São Paulo, 18 de maio de 2016b. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470\\_097192.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html)>. Acesso em: 28 de março de 2017.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e descontinuidade administrativa em governos locais:** fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos. 139p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura Neoliberal:** leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras Editoras, 2004.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Antonio Albino C (org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010.

REIS, Renata Pletsch. **Um olhar sobre o processo de desenvolvimento da Política de Cultura da UFPR Litoral.** 119p. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **Neoliberalismo e saúde.** Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/neosau.html>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. Políticas culturais na Universidade Federal da Bahia e a disseminação de sua produção científica. In: PORTO, Cristiane de Magalhães. **Difusão e cultura científica:** alguns recortes [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2009, PP. 127-147.

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (orgs). **Políticas culturais no Brasil.** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino C (org.). **Políticas culturais no governo Lula.** Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010.

RUBIM, Antonio Albino C. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. In: RUBIM, Antonio Albino C.; BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia. (Org.). **Políticas culturais no governo Dilma**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2015.

SALGADO, Gabriel Melo; PEDRA, Layno Sampaio; CALDAS, Rebeca dos Santos. As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma. In: RUBIM, Antonio Albino C (org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9ª ed. Niterói: Impetus, 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura?** 6ª ed. Coleção Primeiros Passos (110). São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Regina Helena Alves; DUTRA, Roger Andrade. A agenda transnacional da UNESCO e as políticas públicas de cultura do MinC (2003-2010). In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS, n. 03, Rio de Janeiro, 2012. **Anais do 3º Seminário de Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2012, p. 01-17. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Regina-Helena-Alves-da-Silva-et-alii.pdf>>. Acesso em: 21 de junho de 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernando Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2017.

TEIXEIRA, Simonne. Políticas culturais em Campos de Goytacazes e a universidade: sobre trajetórias e diálogos – uma introdução. In: TEIXEIRA, Simonne. (Org). **Políticas culturais: trajetórias e diálogos em Campos de Goytacazes**. Campos de Goytacazes: Eduenf, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais:** ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. IV. Porto Alegre: Fac. Integradas Ritter dos Reis, 2001.

UFSC. **Estatuto.** Florianópolis, 1978. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135192/ESTATUTO%20UFSC-Altera%C3%A7%C3%A3o%202015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.  
Acesso em: 20 de maio de 2016.

\_\_\_\_. **Projeto 12:30.** Projeto EX 007/86. Projeto. 12 p. Florianópolis: UFSC, 1986 [Impresso].

\_\_\_\_. **Show Musical:** lançamento CD Projeto 12:30. Projeto. 09 p. Florianópolis: UFSC, 1999a [Impresso].

\_\_\_\_. **Projeto 12:30 na TV:** um programa para a TV universitária. Projeto. 10 p. Florianópolis: UFSC, 1999b [Impresso].

\_\_\_\_. **Portaria n. 374/GR/2008,** O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, resolve [...]. Publicada no DOU de 16/05/2008. Florianópolis: UFSC, 2008a. Disponível em:  
<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf/86f8060c3d460e4283257cc9005e1cf2?OpenForm&ParentUNID=940FA8B81FFCF3832574640072FD7A>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2008.** SeCArte. Florianópolis: UFSC, 2008b. Disponível em: <http://secarte.ufsc.br/files/2012/02/relatorio-secarte-2008.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2016.

\_\_\_\_. **Relatório de projeto beneficiado no programa Pró-bolsas 2009** (Projeto 12:30). DAC. Relatório. 10 p. Florianópolis, 2009. [Impresso]

\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2010-2014).** 110 p. Florianópolis: UFSC: 2010a. [Impresso]

\_\_\_\_. **Exposição UFSC 45 anos.** Disponível em:  
<<http://antiga.ufsc.br/paginas/historico.php>>. 2010b. Acesso em: 08 de dez de 2015.

UFSC. **Bolsa Cultura 2011, Edital 001/2011**. Bolsa de Extensão Vinculada às Ações de Arte e Cultura. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://secarte.ufsc.br/files/2011/09/Edital-001.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 712/2012**, de 31 de agosto de 2012. A Secretária de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010, resolve [...]. Publicada no DOU de 03/09/2012. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=03/09/2012&jornal=2&pagina=31&totalArquivos=76>. Acesso em: 16 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Estratégico 2014 a 2017**. Secult. 33p. Florianópolis: UFSC, 2014. [Impresso]

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015 a 2019)**. 108 p. Florianópolis: UFSC, 2015. [Impresso]

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Atividades 2015**. Secult. Florianópolis, 2016a. Disponível em: <[http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Relat%C3%B3rio\\_Atividades\\_SeCult\\_2015.pdf](http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Relat%C3%B3rio_Atividades_SeCult_2015.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2012-2016**. 38p. Florianópolis: UFSC, 2016b [Impresso].

\_\_\_\_\_. **Projeto 12:30**. Florianópolis, [201-a]. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/projeto-1230/>>. Acesso em: 17 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Catálogo Pergamum**. Florianópolis, [201-b]. Disponível em: <[https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php#sobre\\_pagina\\_cao](https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php#sobre_pagina_cao)>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Área de concentração e Linhas de pesquisa**. Mestrado Profissional em Administração Universitária. Florianópolis, [201-c]. Disponível em: <<http://ppgau.ufsc.br/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 17 de maio de 2017.

UFSC. **Histórico do DAC**. Florianópolis, [201-d]. Disponível em: <<http://dac.ufsc.br/historico-do-dac/>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno da Secretaria de Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, [201-e]. Disponível em: <<http://secarte.paginas.ufsc.br/files/2016/01/Regimento-Interno-publicar.pdf>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Estrutura UFSC**. [201-f]. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 08 de dez 2015.

\_\_\_\_\_. **A Secult**. Florianópolis, [201-g]. Disponível em: <<http://secult.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Organograma da Secult/SeCArte**. SeCArte. Florianópolis, [201-h]. Disponível em: [http://secult.ufsc.br/files/2015/07/ORGANOGRAMA\\_SeCult.png](http://secult.ufsc.br/files/2015/07/ORGANOGRAMA_SeCult.png). Acesso em: 16 de maio de 2016.

VELOSO, Fernando Augusto; VILLELA, André; GIAMBAGI, Fábio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n. 2, Rio de Janeiro, abr/jun 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006)>. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

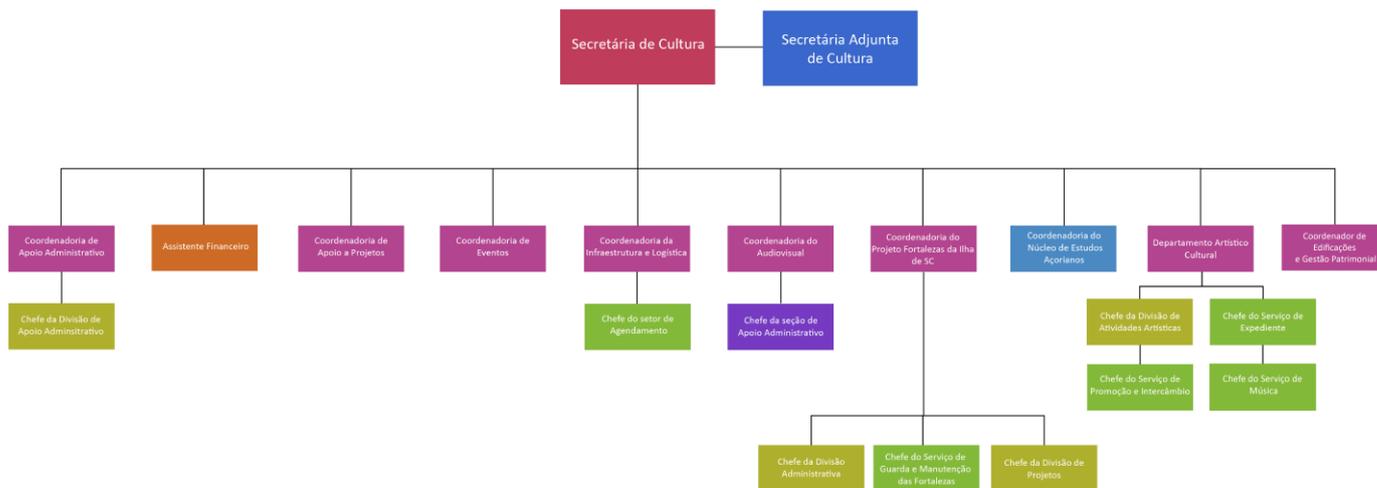
WERNER, Clóvis. **Concha Acústica**: histórico. Departamento Artístico Cultural – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://dac.ufsc.br/concha-acustica-historico/>. Acesso em: 10 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Coordenação do Projeto 12:30**, resumo das atribuições [mensagem pessoal]. 2016. Mensagem recebida por <clovis.werner@ufsc.br>, 30 de maio de 2016.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Organograma da SeCArte



Fonte: (UFSC, [201-h]).

## APÊNDICES



## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Renata Costa Silvério, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária – PPGAU, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, e responsável pelo desenvolvimento da pesquisa Projeto 12:30: o olhar dos gestores, visando a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária, convido-o para participar como voluntário desta pesquisa.

Por meio desta pesquisa pretendo compreender, na visão dos gestores administrativos da UFSC, como o Projeto 12:30 contribui no desenvolvimento da Política de Cultura Institucional.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, cujas informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada. O roteiro desta entrevista foi desenvolvido com base em três categorias de análise, previamente definidas por esta pesquisadora, que compreendem o Projeto 12:30, a Política Institucional de Cultura e a Política Pública de Cultura. As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas para a realização da análise de conteúdo, por esta pesquisadora.

Sua participação neste estudo é livre, podendo desistir do mesmo em qualquer momento, sem que lhe seja imputado qualquer tipo de prejuízo.

Os resultados do presente estudo serão passíveis de publicação científica, sendo que na condição de pesquisadora responsável, asseguro o total anonimato dos participantes.

Em caso de dúvida, queira contatar a responsável pela pesquisa:  
Mestranda: Renata Costa Silvério, E-mail para contato: [renata.silverio@ufsc.br](mailto:renata.silverio@ufsc.br)

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Cristina Dutra Búrigo. E-mail para contato: [carla.burigo@ufsc.br](mailto:carla.burigo@ufsc.br)

Após ter recebido as informações anteriores, caso seja de anuência participar desse Estudo, solicito encarecidamente que assine o Consentimento Informado a seguir. O mesmo deve ser assinado em duas vias, sendo uma cópia do participante e outra do pesquisador.

#### CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, confirmo que li os termos da pesquisa e concordo em participar da mesma. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo e os procedimentos nele envolvidos. Foi-me garantido a liberdade de retirar-me da pesquisa em qualquer hora ou momento, ficando assegurado que não serei penalizado por isso.

Local e data:

\_\_\_\_\_

Assinatura do participante:

\_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Pesquisador:

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES****IDENTIFICAÇÃO**

- a) Cargo: \_\_\_\_\_
- b) Função: \_\_\_\_\_
- c) Unidade de Lotação: \_\_\_\_\_
- d) Quanto tempo exerce (exerceu) a função de gestor na UFSC:  
\_\_\_\_\_
- e) Ingresso na UFSC: \_\_\_\_\_

**1) PROJETO 12:30**

- a) Você conhece o processo histórico do Projeto 12:30? Comente.
- b) Como você entende o Projeto 12:30? Sua finalidade e as ações desenvolvidas? Comente.

**2) POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CULTURA**

- a) Como você entende a Política Institucional de Cultura? Comente.
- b) Como você compreende a relação entre a Política Institucional de Cultura e o Projeto 12:30? Comente.

**3) POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA**

- a) O que você compreende por cultura? Comente.
- b) Você conhece a Política Pública de Cultura? Comente.
- c) Como você entende que a Política Pública de Cultura se inter-relaciona com a Política Institucional de Cultura? Comente

**4) GOSTARIA DE ACRESCENTAR MAIS ALGUMA INFORMAÇÃO?**

Muito Obrigada!